



26 DE MARÇO DE 2015

Quinta-feira

- MUDANÇA NA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS É INOPORTUNA E INADEQUADA, DIZ CAMPAGNOLO
- CADE FIRMA DEZ ACORDOS ENVOLVENDO CARTEL DA MINERAÇÃO DE AREIA NO PARANÁ
- TERCEIRIZAÇÃO - SERÁ QUE AGORA VAI?
- EMARANHADO DE REGRAS ELEVA CUSTO DAS EMPRESAS
- TERMINA SEM ACORDO NEGOCIAÇÃO ENTRE CHERY E SINDICATO
- MARCOPOLO VAI DESENVOLVER FORNECEDORES
- MDIC VAI APROVAR RENOVAÇÃO DE FROTA
- VEÍCULOS TÊM CADA VEZ MENOS RECURSOS PARA FINANCIAMENTOS
- "ESTÁ SOBRANDO CAMINHÃO", APONTA CARCON
- IMPORTAÇÃO DE ENERGIA DE ARGENTINA E URUGUAI SERÁ FEITA POR OFERTAS SEMANAIS, DEFINE MME
- SENADO DEVE VOTAR PROJETO SOBRE DÍVIDAS DOS ESTADOS NA 3ª
- IPC-FIPE DESACELERA ALTA A 0,78% NA 3ª QUADRISSEMANA DE MARÇO
- BC REDUZ PARA 11% PROJEÇÃO DE ALTA NO CRÉDITO
- TELEFÔNICA INDICARÁ AMOS GANISH COMO PRESIDENTE DA TELEFÔNICA BRASIL
- MERCEDES JÁ ADOTA SEMANA DE QUATRO DIAS PARA COMPENSAR QUEDA NAS VENDAS
- DESEMPREGO SOBE PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO E VAI A 5,9% EM FEVEREIRO
- VENDEDOR DE AUTOMÓVEL TERÁ QUE INFORMAR VALORES DOS TRIBUTOS AO COMPRADOR
- CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO ATINGE MENOR PATAMAR DESDE 2010, MOSTRA FGV
- COM REVERSÃO DE DEMISSÕES, METALÚRGICOS DA VOLKSWAGEN VOLTAM AO TRABALHO
- ACORDOS COLETIVOS PODEM FIXAR SALÁRIO MENOR QUE PISO DA CATEGORIA

- NOVOS PROJETOS DE LEI
- SEMINÁRIO ABORDA ATUALIZAÇÕES SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM SC É MAIOR DO QUE A MÉDIA NACIONAL
- O TETO DO SIMPLES NACIONAL DEVE AUMENTAR... MAS NEM TANTO
- CUSTOS SALARIAIS ESTÃO ERODINDO A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA?
- GERDAU REAJUSTA PREÇOS DE LONGOS EM 12% DIA 1º
- UE IMPÕE TAXAS ANTIDUMPING A IMPORTAÇÕES DE AÇO DE CHINA E TAIWAN
- DÉFICIT COMERCIAL DE AÇO DA AL COM A CHINA CHEGOU A 26%
- CADE NEGA PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO DA CSN NA USIMINAS
- LIRIO PARISOTTO É INDICADO PARA O CONSELHO DA USIMINAS
- SUMITOMO ALERTA PARA 1º PREJUÍZO ANUAL EM 16 ANOS; SOFRE IMPACTO DE MINA NO BRASIL
- VALE OBTÉM LICENÇA AMBIENTAL E INICIA EXPEDIÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DE SERRA LESTE
- PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO IMPORTADO PELA CHINA CONTINUAM CAINDO
- CASA DA MINERAÇÃO OFERECE CONHECIMENTO DO SETOR ATRAVÉS DE EXPOSIÇÕES
- INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS PODE PIORAR
- ECONOMISTAS PROJETAM QUEDA DE 0,1º NO PIB DO 4º TRI E CRESCIMENTO ZERO EM 2014
- PAÍS ATRAI INTERESSE NO EXTERIOR, DIZ CONSULTORIA
- GOVERNO PROMETE ACELERAR INÍCIO DO PROGRAMA DE RENOVACÃO DE FROTA, DIZ ANFIR
- PRODUTORES MINEIROS FINANCIAM MÁQUINAS AGRÍCOLAS
- RECEITA DO SETOR SOBE PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO
- ASTEC REVÊ PROJEÇÕES MAS MANTÉM APOSTA NO BRASIL
- COMMODITIES EM BAIXA FAZEM NAVIOS VIRAR SUCATA

CÂMBIO Em 26/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,185	3,186
Euro	3,477	3,478

Fonte: BACEN

Mudança na desoneração da folha de pagamentos é inoportuna e inadequada, diz Campagnolo

26/03/2015 - Fonte: FIEP



O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, classificou como "inoportuna e inadequada" a Medida Provisória 669, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (27).

Com ela, o governo federal reduz a desoneração da folha de pagamentos das empresas, que começou a ser instituída em 2011. "Com a economia brasileira atravessando um momento extremamente delicado, esta é mais uma medida irresponsável entre as muitas a que temos assistido nos últimos meses, que vêm onerando o setor produtivo e comprometendo ainda mais sua competitividade", afirmou Campagnolo.

A MP 669 estabelece que, a partir de junho, as empresas que recolhem 2% da receita bruta para a Previdência passem a arcar com 4,5%. Já aquelas que pagam 1% terão de recolher 2,5%. A medida atinge 56 setores da economia – sendo 40 da indústria, nove de transportes e cinco de serviços, além da construção civil e do comércio varejista.

"Repudiamos com veemência esse aumento das alíquotas, que chega a 150%, até porque muitas empresas nem sequer têm margem para cobrir essa diferença. Certamente essa medida, somada a outras, poderá resultar em desemprego imediato em várias cadeias produtivas", disse o presidente do Sistema Fiep.

Ainda segundo a MP 669, as empresas poderão optar por pagar as novas alíquotas ou voltar ao sistema anterior, em que a contribuição correspondia a 20% da folha de pagamentos – ao invés de ser cobrada sobre a receita bruta.

“No fundo, o governo praticamente acaba com a desoneração instituída desde 2011. O que era uma medida para dar competitividade à indústria brasileira perde seu valor e, pior, neste momento a majoração nas alíquotas certamente não vai trazer bons resultados para a economia brasileira.

Junto com outras medidas onerosas adotadas recentemente tanto pelo governo federal quanto pelo estadual – como o aumento das alíquotas do ICMS – teremos um crescimento da pressão inflacionária e a redução no poder de compra da população”, afirmou Campagnolo.

O presidente do Sistema Fiep fez ainda um alerta sobre os riscos de a MP 669 aumentar a informalidade no setor produtivo. “Um dos objetivos da desoneração da folha de pagamentos era reduzir a informalidade. Com essas novas alíquotas, muitas empresas se sentirão traídas pelo governo e pode haver aumento na informalidade, prejudicando as empresas legalmente constituídas e que buscam sempre ter rigor fiscal”, destacou.

Por fim, Campagnolo declarou que não apenas as empresas, mas também os consumidores, não suportam mais pagar a conta pela má gestão dos cofres públicos.

“Quando estão em dificuldades financeiras, como vemos agora, as diferentes esferas de governo sempre recorrem ao aumento de impostos, transferindo para o contribuinte a conta por sua incompetência administrativa”, disse.

“Essa lógica precisa ser invertida, com todo o setor público – Executivo, Legislativo e Judiciário – cortando na própria carne e fazendo sua lição de casa. Infelizmente, não é o que temos visto, já que o dinheiro tirado do bolso da população segue sendo usado para aumentar benefícios dos ocupantes desses Poderes, como nos casos recentes da concessão de auxílios-moradia ao Judiciário e aumento das verbas de gabinete para deputados federais e estaduais”, declarou o presidente do Sistema Fiep.

Cade firma dez acordos envolvendo cartel da mineração de areia no Paraná

26/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) homologou nesta quarta-feira (25) dez Termos de Cessação de Conduta (TCCs) com empresas, uma associação e uma pessoa física em processo que apura formação de cartel no mercado de mineração de areia no Paraná. Ao total, será recolhido R\$ 1,3 milhão ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), a título de contribuição pecuniária.

O Cade relata que, pelos acordos firmados, confessam participação no conluio e se comprometem a cessar a conduta anticompetitiva a Associação das Indústrias Extrativas de Areia do Noroeste (APA) e seu presidente à época dos fatos, Geraldo José Bacchi da Silva; além das empresas Baleal Indústria e Comércio de Areia, Porto de Areia do Lago, Porto de Areia Cristo Rei, Indústria e Comércio de Areia e Pedra Vera Cruz, Daniel de Oliveira Reis & Cia., Vilmar Pasquali & Cia., J.M. Lada & Cia., Manoel Cruz Malassise Neto, Mineração Nova Londrina.

O processo administrativo foi arquivado em relação às empresas Extrativa de Areia Dom Camilo, à MGA Mineração e Geologia Aplicada e a duas pessoas físicas por não existirem nos autos indícios suficientes da participação deles no cartel.

O processo administrativo foi instaurado a partir de denúncia encaminhada pelo Ministério Público do Estado do Paraná (MPE/PR). Os documentos apresentavam alegações do Sindicato do Comércio Varejista de Ferragens, Tintas, Madeiras, Materiais Elétricos, Hidráulicos e Materiais para Construção de Maringá e Região (Simatec) de que as representadas agiam em conluio para aumentar artificialmente o preço do metro cúbico da areia na região e dividir mercados e clientes.

TAC

O Cade ressalta que a análise do caso levou em consideração o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o MPE/PR e algumas das empresas investigadas, cujo objetivo era a preservação e recuperação ambiental das áreas situadas às margens do Rio Paraná.

O termo estabeleceu a criação da Associação das Indústrias Extrativas de Areia do Noroeste (APA) e a implementação de um terminal de descarga e armazenamento de areia a ser utilizado de maneira conjunta pelas empresas e pela associação.

Restrições

Com a celebração dos TCCs ficou determinado que a administração do terminal deverá ser realizada por um terceiro agente independente, encarregado de lidar com as demandas cotidianas que dependam do conhecimento de preços, quantidades, custos, clientes, capacidades ociosas e outros parâmetros que, se de conhecimento de concorrentes, poderiam falsear a competição no mercado de mineração de areia no Paraná.

Os acordos estabelecem ainda mecanismos de expansão automática da capacidade instalada conjunta do terminal sem a necessidade de consulta prévia aos associados, e desde que o terminal tenha atingido reduzida capacidade ociosa.

A medida visa a impedir que os extratores de areia de maior porte boicotem eventual expansão dos concorrentes de menor porte com a finalidade de manter a participação de mercado inicial.

Terceirização - será que agora vai?

26/03/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

É inacreditável. O Congresso Nacional discute há 17 anos o tema da terceirização e até hoje não conseguiu regular a matéria. Lembro-me bem do Projeto de Lei n.º 4.302, apresentado pelo Poder Executivo em 1998. As discussões foram infundáveis. O projeto passou na Câmara dos Deputados, foi ao Senado, voltou à Câmara e ali morreu. Depois disso, o assunto foi objeto de várias proposituras. Até hoje, nada.

Nesses 17 anos a terceirização se generalizou no mundo, avançando a passos largos na indústria, no comércio, nos serviços, na agricultura e no setor público. A combinação de tecnologia com terceirização alavancou a competitividade das empresas, reduziu o preço dos bens e serviços para os consumidores e gerou muitos empregos para os trabalhadores.

Os países avançados terceirizam de tudo, em seu próprio território, em outras localidades e até mesmo na nuvem, como é o caso dos serviços de secretaria remota, atendimento aos clientes e execução de tarefas repetitivas (Terceirização virtual, Folha de S.Paulo, 16/3).

Enquanto isso, nós, brasileiros, discutimos se a terceirização deve abranger ou não a atividade-fim. Irrelevante, pois o mais importante na terceirização é garantir proteções aos trabalhadores que dela participam.

Nada justifica o enorme atraso do Brasil na regulação da terceirização. A produção moderna é realizada em cadeias produtivas que otimizam especialidades por uma razão muito simples: ninguém é capaz de fazer tudo sozinho.

O trabalho passou a ser feito em equipes, unindo parceiros e dividindo responsabilidades. Assim é no mundo inteiro. A Toyota do Japão trabalha com 500 fornecedores que, por sua vez, se associam a 2 mil empresas especializadas, que no conjunto produzem um veículo campeão mundial de vendas, com um preço atraente e qualidade convincente. Como resultado, os investimentos crescem e os empregos se multiplicam.

Não há o que discutir. Imagine qual seria o preço de um apartamento se a construtora, em lugar de contratar serviços de terceiros especializados, tivesse de realizar todas as atividades com profissionais próprios, que, ao completar suas tarefas, ficariam na ociosidade o resto do tempo. O preço seria uma exorbitância. Pobre consumidor!

O tema da terceirização foi suficientemente debatido entre nós. O Projeto de Lei n.º 4.330, que tramita no Congresso Nacional desde 2004, já passou por inúmeras avaliações. Não é o projeto dos meus sonhos. Mas ele garante as proteções de que os trabalhadores necessitam e dá segurança jurídica a quem contrata seus serviços.

As proteções ali contidas vão muito além da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Sim, pois nenhum desses diplomas estabelece com eficácia a corresponsabilidade das empresas contratantes e das contratadas.

Tampouco garante as condições de saúde e segurança aos trabalhadores das prestadoras de serviços terceirizados e a proteção dos seus empregados na hora do acidente ou da doença ocupacional. Nem estende a eles as facilidades de alimentação e de transporte da empresa contratante, como faz o referido projeto de lei.

Na sua fase final de tramitação, impõe-se a eliminação de alguns conceitos (poucos) que ali foram maliciosamente incluídos por quem é contra a terceirização. Eliminadas essas imperfeições, a nova lei afastará os aventureiros que hoje se valem do vazio da legislação para contratar trabalho de modo desumano, precário e indigno.

É claro que a lei em si é insuficiente para a implantação do trabalho decente. Mas, ao estabelecer regras claras, ela se tornará uma importante ferramenta para a fiscalização e para a Justiça agirem com efeito moralizante.

Espero ver em 2015 uma regulação sensata nesse campo. Afinal, a terceirização está aí. É parte da realidade. O prioritário é proteger os desprotegidos. Essa é a função da lei e das instituições do trabalho.

*José Pastore é professor da FEA-USP, presidente do conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.

Emaranhado de regras eleva custo das empresas

26/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

Nos últimos 26 anos, um total de 320.343 normas tributárias voltadas às pessoas físicas ou jurídicas foram editadas no Brasil. O número representa, em média, 46 novas normas publicadas a cada dia útil.

Somente as empresas são obrigadas a seguir, em média, 3.639 normas, ou nada menos do que 40.865 artigos, 95.216 parágrafos, 304.446 incisos e 40.408 alíneas. Os dados são de um levantamento recente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e apontam o tamanho do desafio que esse emaranhado de normas, leis e regulamentos impõe às empresas do país.

Segundo o estudo, o entendimento da legislação tributária e a busca pelo acompanhamento das modificações diárias das regras fazem com que as grandes empresas brasileiras gastem R\$ 50 bilhões por ano em sistemas, equipamentos e pessoal especializado.

Mesmo sem esses recursos à disposição, os pequenos e médios negócios também estão inseridos nesse cenário complexo e começam a despertar para um tema até então restrito às grandes corporações: o planejamento tributário.

"As grandes já contam em seus quadros com profissionais ou departamentos para cuidar desse planejamento, que nada mais é do que uma maneira de encontrar, dentro da lei, o melhor caminho que as leve a uma redução da carga tributária.

As pequenas, sem esses recursos, recorrem cada vez mais à assessoria de um profissional contábil. O que não pode é deixar a questão de lado", diz o consultor do Sebrae/SP, Silvio Vucinic.

Uma relação mais próxima com o contador ou a contratação de uma assessoria especializada permite ao pequeno e médio empreendedor entender com mais propriedade essas mudanças constantes na legislação, quais impostos e tributos recaem sobre seu negócio e quais as alternativas legais para reduzir a carga tributária.

O principal ponto que será analisado pelos profissionais contábeis na montagem de um planejamento é se o regime de tributação em que a empresa está enquadrada é o mais adequado para aquele negócio.

"Há uma crença entre os empresários e até um comodismo entre alguns contadores de que, uma vez que o negócio é pequeno, necessariamente precisa ser tributado pelo Simples. Trata-se de um regime mais simples e menos burocrático e em muitos casos é o mais vantajoso. Mas em outros casos, não", diz o presidente da Sevilha Contabilidade, Vicente Sevilha Jr.

A identificação do regime mais benéfico Simples, lucro real e lucro presumido é uma tarefa sob medida e leva em conta uma série de variáveis que acabam "alimentando" o universo tributário dessa empresa: local onde está sediada, o tipo de atividade que exerce, quem são e onde estão localizados seus fornecedores e clientes, o tamanho dessa cadeia produtiva.

Sevilha lembra que pequenas empresas do setor industrial, que fabricam e vendem mercadorias ou do setor comercial, que compram produtos prontos para revenda estão inseridas no processo de aproveitamento do crédito de impostos pagos nas etapas interiores (como o ICMS para o comércio e o IPI para a indústria). "Ao fazer a opção pelo

Simples, a empresa sai dessa cadeia que permite o aproveitamento de créditos tributários. Ela pode até pagar menos IR, mas comercialmente perderá competitividade. É preciso analisar caso a caso", explica.

O exemplo mostra que cada empresa terá um planejamento tributário único. Ao mesmo tempo, esse plano não deve ser feito apenas com o intuito de conseguir pagar menos IR ao final do exercício.

É preciso colocar na balança, também, os outros tributos e impostos. Um exemplo típico é o da empresa enquadrada no lucro presumido, que paga 3% de Cofins e 0,65% de PIS. "O empresário que migra para o lucro real pode até pagar menos IR, mas passará a pagar 7,60% e 1,65%, respectivamente, de Cofins e PIS. Não é possível planejar pensando em um imposto só", diz Vucinic.

Escritórios contábeis têm como hábito simular, ao final do exercício, como a empresa seria tributada nos três regimes, auxiliando na tomada de decisão do empresário. "Há muitos casos de empresários que desconhecem as questões tributárias e optam por um regime tributário que não traz vantagens.

Acabam pagando mais IR do que precisavam", diz Sevilha. O presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), Mario Berti, lembra que outro ponto fundamental do planejamento tributário é que ele deve estar vinculado ao plano de negócios e a ao planejamento financeiro da empresa.

Termina sem acordo negociação entre Chery e sindicato

26/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Terminou sem acordo a reunião entre representantes da **Chery** e do **Sindicato** dos Metalúrgicos de São José dos Campos, realizada na quarta-feira, 25, na sede da entidade e que se entendeu até o período da tarde.

Entre as reivindicações, está o aumento de salários dos funcionários de forma que sejam equiparados aos que são pagos por outras montadoras da região.

Em nota, a Chery informa que apresentou uma proposta aos representantes dos metalúrgicos, sem detalhar as condições. Por sua vez, o sindicato confirma que como não houve avanço nas negociações entregou à montadora um aviso de greve com prazo de até 48 horas para início.

Neste período, os trabalhadores realizarão uma assembleia para definir se vão ou não cruzar os braços. A Chery avaliará a possibilidade de apresentação de uma nova proposta para seguir com as negociações.

A reunião da quarta-feira não interferiu na operação da fábrica, que após ser paralisada por duas horas e meia no dia anterior funciona normalmente. Lá são montadas as versões hatch e sedã do Celer.

Marcopolo vai desenvolver fornecedores

26/03/2015 - Fonte: Automotive Business



A Marcopolo será a âncora de um projeto de capacitação e desenvolvimento de fornecedores do setor automotivo. O programa será coordenado pela Fundação Universidade de Caxias do Sul (UCS) e pelo Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico e Automotivo da Serra Gaúcha (APLMMeA). Servirá para definir, estruturar e capacitar uma rede de fornecedores.

O projeto foi apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e servirá para capacitação técnica, gerencial, metodológica às empresas. Segundo o diretor de aquisição e logística da Marcopolo, Nelson Gehrke, serão abordadas questões como a metodologia usada para captação de empresas e para o desenvolvimento de fornecedores.

Segundo a Marcopolo, 31 companhias escolhidas vão participar da capacitação. A data de início das apresentações e o local ainda serão divulgados pela Marcopolo. O término está previsto para 30 de setembro.

O programa inclui ainda a criação de um portal de negócios, que tornará possível a integração entre a fabricante de carrocerias e os fornecedores. A ideia é iniciar com as empresas fornecedoras e depois expandir para companhias de outros projetos.

MDIC vai aprovar renovação de frota

26/03/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Em sua primeira reunião com representantes da indústria de implementos rodoviários, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC-, Armando Monteiro, afirmou que a pasta atuará de forma que o programa de renovação da frota seja aprovado.

O parecer foi dado pelo próprio ministro durante seu encontro com Alcides Braga, presidente da Anfir, Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários, na terça-feira, 24, em Brasília, onde também participaram a diretora do departamento de indústrias de equipamentos de transporte da secretaria do desenvolvimento da produção do MDIC, Margarete Gandini, os vice-presidentes da Anfir, José Vidoti e José Carlos Spricigo, e seu diretor executivo Mario Rinaldi.

Em comunicado divulgado na quarta-feira, 25, a entidade que representa as fabricantes informa que a medida – para a qual não há informações sobre quando será aprovada – poderá representar o emplacamento de algo como 1 mil reboques e semirreboques no

primeiro ano de aplicação. O programa consiste na substituição de implementos rodoviários antigos por modelos novos em condições a serem definidas.

O ministro também salientou que estudará a ampliação do índice de financiamento do valor do bem pelo Finame PSI, linha do BNDES, das atuais 70% (para pequenas empresas) e 50% (para grandes empresas) para 80%. Até o fim de 2014, a linha de crédito financiava 100% dos implementos para ambos os tipos de clientes.

MERCADO EM DEPRESSÃO

O programa de renovação da frota deve ser o único alento para o mercado de veículos comerciais pesados este ano, uma vez que enfrenta curva de queda cada vez mais acentuada, mês a mês, diante da conjuntura econômica e pelos baixos índices de confiança do consumidor e do empresário.

No caso do segmento de implementos rodoviários, as vendas recuaram 41% no primeiro bimestre quando comparadas com igual período do ano passado, com o emplacamento de 14,7 mil unidades, entre reboques e semirreboques.

Na quinta-feira, 26, será a vez da Anfavea – associação das fabricantes de veículos, entre automóveis, caminhões e ônibus – de apresentar ao MDIC a conjuntura e os números do setor, que deve amargar nova queda nos resultados de março conforme projeções de analistas do setor.

Veículos têm cada vez menos recursos para financiamentos

26/03/2015 - Fonte: Automotive Business

O crédito destinado a aquisição de veículos em fevereiro ficou 1% abaixo do volume de janeiro, para R\$ 181,9 bilhões, de acordo com dados divulgados na quarta-feira, 25, pelo Banco Central, referente ao desempenho do sistema financeiro no País.

O resultado, que considera recursos livres para pessoa física (CDC), é reflexo do volume menor de financiamentos, uma vez que ainda há certa restrição para concessão de crédito, com maior seletividade. Na comparação com fevereiro de 2014, quando o crédito disponível para o setor era de R\$ 191,8 bilhões, a queda é de 5,16%.

Já para financiamentos via leasing (arrendamento mercantil), o crédito recuou 5,88% em fevereiro sobre janeiro, para R\$ 2,89 bilhões, alcançando o menor patamar da série. No comparativo anual, o tombo chega a 59,3%: em fevereiro de 2014, o saldo de leasing era de R\$ 6,68 bilhões.

O valor para a modalidade declinou ao longo de todo o ano passado, encerrando dezembro com R\$ 3,10 milhões de recursos disponíveis chegando até o montante atual.

Além de menor, o crédito também ficou mais caro: o juro médio praticado em fevereiro para o financiamento de veículos fechou a uma taxa de 24,8% a.a., a maior verificada pelo Banco Central nesta modalidade, pelo menos nos últimos doze meses.

Em janeiro o valor médio foi de 23,8% a.a., enquanto em fevereiro do ano passado o mercado praticava média de 23,9%. A taxa para o leasing encerrou fevereiro em 15,7% contra os 14,8% de janeiro.

Segundo o relatório, os planos negociados em janeiro tiveram prazo médio de 41,8 meses contra os 42,1 meses em janeiro. Para leasing, os prazos ficaram em 42,8 meses em fevereiro, enquanto janeiro o prazo médio era de 45 meses.

INADIMPLÊNCIA

O dado positivo para o segmento de veículos é que a inadimplência continua como uma das menores comparando com outros setores da economia. Desde dezembro passado o índice está em 3,9%, sem oscilações em janeiro e fevereiro. Vale lembrar que até maio do ano passado, o índice estava na casa dos 5%, caindo para 4% entre junho e novembro.

Já os atrasos dos pagamentos entre 15 e 90 dias, que servem como um termômetro para projeções da inadimplência, subiu ligeiramente de 7% em janeiro para 7,1% em fevereiro, atingindo novamente a casa dos 7% após dezembro registrar 6,7% de atrasos.

"Está sobrando caminhão", aponta Carcon

26/03/2015 - Fonte: Automotive Business

O tomo do mercado de caminhões no início deste ano pode ter sido causado por mais do que simplesmente o esfriamento do ritmo econômico do Brasil.

A dor de cabeça de cabeça dos fabricantes do segmento deve se prolongar, já que a contração da demanda pode ser consequência inesperada do constante incentivo às vendas oferecido pelo governo nos últimos anos por meio do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que garante melhores condições de financiamento. "Está sobrando caminhão no mercado", resume Carlos Reis, sócio sênior da Carcon Automotive.

O especialista avalia que, entre 2009 - quando estímulo às vendas de caminhões começou a ser oferecido - e 2014 as vendas do setor tiveram crescimento médio de 5% ao ano. No mesmo período, a demanda por frete avançou, em média, 3,2% por ano. "O PSI jogou muito caminhão na praça e agora não sabemos qual é o tamanho real da demanda real", aponta.

Reis lembra que a média anual de vendas do mercado interno nos sete anos que antecederam a crise financeira de 2008 foi de 84 mil caminhões. Nos sete anos seguintes, com a criação do PSI, este número subiu para 140 mil caminhões/ano.

Este impulso oferecido pelo governo fez a frota brasileira mais do que dobrar em pouco mais de uma década, saindo de 1,5 milhão de unidades em 2002 para 3,2 milhões de caminhões em 2014.

O consultor acredita que agora os fabricantes sentem o efeito da saturação do incentivo combinada ao ritmo lento de renovação da frota. Apenas 1,1 mil caminhões são excluídos do registro do Renavam anualmente.

Ainda que outra parcela de veículos seja sucateada e saia de circulação sem ser retirada do registro, o número é muito baixo na comparação com o acelerado ritmo de emplacamentos. "O erro foi incentivar as vendas sem criar um plano de renovação da frota", explica o consultor.

Se o entrave à demanda por caminhões for mesmo este, a trajetória de queda será mais difícil de ser revertida e as montadoras precisarão administrar alta ociosidade da capacidade produtiva.

A Carcon estima que a indústria local tenha potencial para fabricar 280 mil veículos por ano. "As empresas investiram muito recentemente", lembra Reis. Segundo ele, atualmente apenas 48% desta capacidade está em utilização.

Para contornar este cenário, o estabelecimento de um programa de renovação de frota ganha mais urgência. O assunto é tema de debate entre Anfavea e governo federal desde 2013. Em dezembro do ano passado Luiz Moan, presidente da entidade, chegou a afirmar que a política para tirar veículos antigos de circulação estava em fase de ajustes finais e deveria começar a ser implementada no início de 2015.

Na quarta-feira, 25, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, garantiu que a pasta está empenhada na aprovação de um programa do gênero.

QUEDA DE 30% EM 2015

“Acredito que a demanda real hoje deve estar em torno de 110 mil unidades por ano”, estima Reis, traçando projeção sobre como mercado teria se desenvolvido sem o efeito do PSI nos últimos anos.

Dentro deste cenário, as vendas de caminhões devem ficar em torno de 94 mil unidades em 2015, com queda de 30% na comparação com o ano passado. O resultado evidencia, além do esgotamento do incentivo governamental, a incerteza acerca do cenário econômico, com a confiança do consumidor em baixa.

Para traçar diagnóstico mais seguro, a Carcon Automotive trabalha em uma pesquisa com os frotistas e empresas de transportes. Até agora a consultoria obteve as respostas de mais de 120 profissionais responsáveis pelas compras de caminhões nestas companhias.

A consultoria antecipou resultado prévio do levantamento a Automotive Business. O estudo indica que os entrevistados esperam queda em torno de 15% na demanda por frete este ano, com retração no transporte de grãos e na área de logística e distribuição. Na construção civil a contração pode ser ainda mais severa.

Os participantes da pesquisa também apontaram os motivos para postergar ou cancelar a compra de veículos em 2015. Para 44% dos entrevistados a situação econômica do Brasil é o fator principal. Outros 23% acreditam que a baixa demanda é a razão fundamental para desistir de comprar este ano.

A Carcon alerta que apenas 14% dos entrevistados alegam que o cancelamento da aquisição de novos veículos é causado pela falta de financiamento. O resultado confirma a análise da consultoria de que as condições de financiamento pelo PSI já não são mais solução para estimular as vendas.

Importação de energia de Argentina e Uruguai será feita por ofertas semanais, define MME

26/03/2015 - Fonte: Reuters

O Ministério de Minas e Energia (MME) reconheceu a necessidade de importação de energia elétrica da Argentina e do Uruguai, "de forma excepcional e temporária", e definiu que ela se dará por meio de ofertas semanais de energia na fronteira com o Brasil ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tendo como destino o mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A determinação, publicada em portarias nesta quinta-feira no Diário Oficial da União, dispõe que a Petrobras será responsável por importar energia da Argentina perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), enquanto a Eletrobras será responsável pela importação de energia do Uruguai.

No texto, o MME destaca que não caberá às estatais arcar com repercussões financeiras decorrentes de eventual inadimplência no mercado de curto prazo resultante do processo de contabilização da energia elétrica importada.

As portarias entram em vigor nesta quinta-feira, com vigência até 31 de dezembro de 2015.

Senado deve votar projeto sobre dívidas dos Estados na 3a

26/03/2015 - Fonte: Reuters

O projeto que estabelece um prazo para a mudança do indexador das dívidas de Estados e municípios com a União deve ser votado no Senado na próxima terça-feira, informou o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Os senadores já aprovaram nesta quarta-feira um requerimento para conferir o regime de urgência ao projeto. Dessa forma, a proposta não precisa ser analisada previamente nas comissões e pode entrar na pauta do Senado na próxima terça-feira.

Até lá, Renan e outros parlamentares esperam que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que tem audiência pública marcada na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, apresente uma alternativa.

"O ministro Levy precisa apresentar uma solução", disse o presidente do Senado a jornalistas. "Ele terá que dizer qual medida adicional nós vamos tomar para repor esses 3 bilhões (de reais)", afirmou, referindo-se ao montante do impacto estimado caso o projeto seja aprovado.

Questionado sobre a possível apresentação de um cronograma para que o Executivo regulamente a mudança na indexação da dívida de Estados e municípios, Renan afirmou que "qualquer solução" será bem recebida pelo Congresso.

"O ajuste do governo não pode se encerrar em si mesmo... Se as medidas forem frustradas em uma negociação com o Congresso, o ministro Levy tem que apresentar medidas adicionais para atingir aquele objetivo", disse Renan.

Também nesta quarta, o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, disse que Levy discutirá com os senadores outros temas federativos, como os relacionados às alíquotas de ICMS.

O governo vem empreendendo um esforço para equilibrar as contas públicas e enviou medidas ao Congresso Nacional. O ajuste é utilizado justamente como argumento para posicionar-se contra propostas que tenham impacto nas contas públicas, caso desse projeto que pode ser votado na próxima terça.

A decisão de votar o requerimento nesta quarta e o projeto na próxima terça-feira foi tomada após café da manhã de senadores com Levy. Mais cedo, Renan havia dito que a matéria seria votada "rapidamente" pelo Senado.

Aprovado na última terça-feira pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei dá prazo de 30 dias para a União assinar com os Estados e municípios os aditivos contratuais para a troca do indexador.

Depois desse prazo, o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido com a aplicação da lei, ressalvado o direito da União de cobrar eventuais diferenças após o recálculo.

A mudança de indexador foi aprovada no ano passado pelo Congresso, mas o governo federal ainda não fez qualquer repactuação de dívida, daí a demanda para que seja feita a regulamentação dessa lei.

Na terça-feira, a presidente Dilma Rousseff afirmou que "no momento", o governo federal não tem espaço fiscal para resolver o problema das dívidas de Estados e municípios com a União, sem descartar que a discussão possa ser retomada adiante.

Segundo o líder do governo no Congresso Nacional, José Pimentel (PT-CE), aliados do governo na Casa tentam construir um acordo para que o projeto seja discutido primeiro na CAE.

IPC-Fipe desacelera alta a 0,78% na 3ª quadrimestre de março

26/03/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de São Paulo avançou 0,78 por cento na terceira quadrimestre de março, ante alta de 0,96 por cento na segunda quadrimestre do mês, informou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) nesta quinta-feira.

O IPC-Fipe mede as variações quadrimestrais dos preços às famílias paulistanas com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos.

BC reduz para 11% projeção de alta no crédito

26/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A retração econômica e a escalada dos juros vão fazer com que o mercado de crédito tenha a menor expansão em 2015 em pelo menos oito anos. O Banco Central diminuiu nesta quarta-feira (25) sua projeção para o crescimento do volume de financiamentos este ano para 11%.

Se confirmado o prognóstico, será a taxa mais baixa desde 2008, ano marcado pelo início da crise financeira internacional e a partir de quando há dados disponíveis pela instituição.

O mais instigante é que em 12 meses até fevereiro o avanço dos empréstimos já está em 11%, o que pode indicar um otimismo por parte do BC para o final do ano.

Isso porque as previsões do setor privado são de que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 pode ter uma contração superior a 1% e também de continuidade do aumento do juro básico da economia, atualmente em 12,75% ao ano. A tradução disso para a economia real é o encarecimento do crédito.

Em fevereiro, o estoque subiu levemente na comparação com janeiro, para R\$ 3,026 trilhões, o equivalente a 58,6% do PIB. A nova projeção do BC de expansão do crédito se dá em um ambiente de juros mais altos no Brasil. O crédito específico para o consumidor chegou a 54,3% ao ano no mês passado, também um novo recorde.

Telefónica indicará Amos Ganish como presidente da Telefônica Brasil

26/03/2015 - Fonte: Reuters

A Telefónica anunciou que indicará o presidente da GVT, Amos Ganish, como novo presidente da Telefônica Brasil, no mesmo dia em que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, mediante condições, a compra da operadora de banda larga brasileira pelo grupo espanhol.

A previsão é que Ganish ocupe a posição após a conclusão da operação, o que deverá ocorrer no primeiro semestre deste ano. Até a eleição do executivo, o cargo será ocupado interinamente por Alberto Horcajo, atual diretor de finanças e de relações com investidores, que acumulará também a função de diretor-geral executivo. A Telefônica Brasil opera com a marca Vivo no Brasil.

Nesta quarta-feira, o Cade deu luz verde à compra da GVT pela Telefónica com a condição, entre outras, de que a operadora espanhola saia do capital da Telecom Italia em até quatro meses após a assinatura do termo de compromisso. A Telecom Italia é dona da TIM Participações no Brasil.

Na operação de compra da GVT, o grupo espanhol já se comprometeu a transferir para a Vivendi, dona da GVT, 8,3 por cento da participação na Telecom Itália. Os 6,5% remanescentes da fatia do grupo espanhol na companhia italiana terão de ser vendidos em prazo de até quatro meses.

O Cade também aprovou a cisão da Telco, holding com participação na Telecom Italia da qual a Telefónica é acionista.

Como parte da operação de venda da GVT, a Vivendi, além da participação na Telecom Italia, também passará a deter presença na Telefônica Brasil.

No acordo, a Vivendi comprometeu-se a vender, gradativamente, sua participação na Telefônica Brasil, em prazo e patamares não divulgados pelo Cade, por serem informações confidenciais. Enquanto essa venda de ações não for concluída, os direitos políticos da Vivendi na Telefônica Brasil ficarão suspensos.

Segundo o Cade, Telefónica e Vivendi não poderão acessar ou compartilhar informações e estratégias relativos a empresas dos dois grupos e da Telecom Italia, referentes ao setor de telecomunicações.

Os acordos fechados com o Cade preveem também medidas referentes à atuação, no mercado brasileiro, da Telefônica e da GVT. O órgão antitruste exige a manutenção das ofertas e dos serviços atualmente disponibilizados pelas duas companhias.

COMPETIÇÃO

A compra da GVT faz a Telefônica Brasil ganhar peso no mercado de banda larga fixa, disse Ari Lopes, analista da consultoria Ovum, podendo disputar de igual para igual com a NET, do grupo América Móvil, que atualmente lidera esse mercado.

Além disso, a aprovação da compra permite à Telefônica Brasil envolver-se em novas aquisições, caso assim desejar, disse o analista.

"Vai poder escolher, caso o mercado se movimente para uma consolidação, se quer ou não participar", disse, completando que, por estar em situação de liderança confortável, uma nova consolidação não é urgente para a Telefônica Brasil.

Em comunicado, a Telefónica disse que, com a GVT, o grupo "reafirma sua confiança no Brasil e no potencial de seu mercado de telecomunicações".

A operadora espanhola também aprovou nesta quarta-feira aumento de capital de 3,048 bilhões de euros, com um forte desconto sobre o preço de fechamento das ações, em uma operação que permitirá financiar parte da compra da GVT.

Fontes com conhecimento do assunto disseram à Reuters que a Telefônica Brasil realizará um aumento de capital de 4 bilhões de dólares nos próximos dias, que serão subscritos pela Telefônica na proporção à sua participação de 74 por cento em sua filial.

A Telefônica Brasil prevê precificar a oferta de ações em 16 de abril e 14 bancos devem coordenar a operação no Brasil, disseram fontes.

As ações da operadora fecharam em alta de 0,2 por cento, enquanto o Ibovespa teve valorização de 0,68 por cento. Os papéis da TIM avançaram 1,06 por cento.

Mercedes já adota semana de quatro dias para compensar queda nas vendas

26/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Com queda nas vendas de até 40% nos primeiros dois meses deste ano, os fabricantes de caminhões já reduzem a jornada de trabalho e até salários para adequar a produção à fraca demanda.

É a primeira vez neste ano que a "semana curta", usada no ano passado e em períodos de crise, é adotada.

A Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, trabalha com jornada de quatro dias desde 6 de março e deve estender a medida na linha de caminhões por um período mais longo.

Na última segunda, todos os cerca de 10,5 mil funcionários ficaram em casa. Na terça, a linha de caminhões permaneceu parada.

Desde julho do ano passado, 750 empregados da MBB estão em "lay-off" (suspensão temporária do contrato de trabalho). Devem retornar à fábrica no final de abril.

PÉ NO FREIO

Venda de caminhões despensa e jornada encurta

PRODUÇÃO DE CAMINHÕES*

Em unidades



50,3%
foi a queda nas vendas em fev.2015 ante fev.2014

39,4%
foi a queda nas vendas na comparação do 1º bimestre deste ano ante igual período de 2014

VENDAS DE CAMINHÕES PESADOS POR MONTADORA

Variação entre o 1º bimestre de 2015 ante o 1º bimestre de 2014, em %



O QUE FAZEM AS EMPRESAS DO SETOR

Mercedes-Benz (SP)

> Produção de caminhões com jornada de quatro dias
> Abertura de PDV***
> Lay-off para 750 funcionários, iniciado em jul.14, foi estendido até 30.abr

Volkswagen/ MAN (RJ)

> Jornada e salário 10% menores durante todo do ano de 2015
> Abertura de PDV para montadora e sete fornecedores

Volvo (PR)

> Férias coletivas para 1.700 funcionários até 5 de abril
> Redução da jornada pode ser negociada, segundo sindicato da região

Scania (SP)

> Já foi adotado acordo de jornada flexível
> Em abril estão programados cinco dias a menos de produção

*Inclui todas as categorias, de semitelevés a pesados **Ônibus e caminhões ***Programa de demissão voluntária

Fonte: Anfavea, empresas e sindicatos

A montadora abriu na semana passada um PDV (programa de demissão voluntária) para enxugar o quadro pessoal –considera que, além dos 750, há um excedente de 1.200 na unidade.

"A semana reduzida vai até abril e pode ser estendida. Estamos negociando medidas para evitar demissões, já que a Mercedes tem dito que há um excedente de trabalhadores", afirma Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A MAN, divisão de caminhões da Volkswagen em Resende (RJ), trabalha em 2015 com jornada e salários reduzidos em 10%. O acordo, feito com o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense e aprovado pela categoria, inclui ainda um PDV aberto aos 5.000 funcionários da montadora e de sete fornecedores que atuam na unidade no sistema produtivo conhecido como consórcio modular.

A Scania, em São Bernardo, prevê cinco dias de parada em abril para adaptar seus volumes, segundo acordo de jornada flexível negociado com o sindicato da região. Dos atuais 3.779 funcionários da fábrica, 60% estão na linha de produção.

No Paraná, a Volvo concedeu férias coletivas para 1.700 empregados do setor de produção de caminhões de 16 de março a 5 de abril.

Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, diz que, com a volta dos funcionários, deve discutir redução da jornada e outras medidas com a Volvo. "Não tem outra forma, temos de negociar. No final de 2014 já houve a dispensa de 200 empregados com contrato temporário determinado", diz.

Na Ford, há uma negociação para a abertura de um plano de demissões, segundo a Folha apurou. A empresa tem 424 empregados em banco de horas por tempo indeterminado na unidade de São Bernardo, onde produz caminhões e automóveis.

Com os juros mais altos para o financiamento de caminhões e o agravamento da crise, a demanda de caminhões vem caindo principalmente no segmento de caminhões pesados para construção civil e agronegócios.

As quedas nesse segmento chegam a 70% no primeiro bimestre ante igual período de 2014, com as decisões de compra postergadas.

Em 2014, o setor de caminhões já havia registrado queda de 11,3% em relação a 2013. "Temos negociado com o governo um plano para proteger empregos e renovar a frota de caminhões", diz Marques.

Desemprego sobe pelo segundo mês consecutivo e vai a 5,9% em fevereiro

26/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Pelo segundo mês consecutivo, a taxa de desemprego subiu nas seis maiores metrópoles do país. Em fevereiro o índice foi de 5,9%.

Ele havia sido de 5,3% em janeiro, o que já era um aumento de um ponto percentual em relação a dezembro. Em fevereiro de 2014, a taxa foi de 5,1%.

PME

O número é o resultado da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentado nesta quinta (26).

Esse resultado de 5,9% está acima das projeções de economistas compiladas pela agência Bloomberg.

A mediana (ponto central entre todas as estimativas, descartando as maiores e as menores) dessas estimativas apontava para uma taxa de 5,7%.

O número de pessoas ocupadas, 22,7 milhões, caiu 1% frente a janeiro e cresceu 0,9% se comparado com o mesmo mês de 2014.

Já o total de desempregados ficou em 1,4 milhão, com alta de 10% em relação a janeiro e com redução/aumento de 14,1% ante fevereiro de 2014.

Ao longo de 2014, a taxa de desemprego se manteve nas menores marcas da série histórica do IBGE, com uma média anual de 4,8%.

Em parte, isso aconteceu pela procura reduzida por trabalho, pois com a economia desaquecendo há um desestímulo à busca por uma vaga.

O crescimento da renda familiar nos últimos anos serviu como um "lastro" para que pessoas em idade para estarem economicamente ativas aguardassem oportunidades melhores e se dedicassem a outras atividades, como o estudo ou os cuidados da casa e dos filhos.

Quem deixa de procurar vaga não é considerado desempregado.

REGRAS PARA SEGURO-DESEMPREGO

Fevereiro foi o último mês em que vigoravam as [regras antigas para solicitar o seguro-desemprego](#).

Até o dia 28 daquele mês, o trabalhador precisava ter permanecido no mínimo seis meses no emprego antes do desligamento para pedir o benefício.

A partir de março, só quem trabalhou durante pelo menos 18 meses consegue obter o seguro. Uma alta nos desligamentos pode ter influenciado o resultado.

Vendedor de automóvel terá que informar valores dos tributos ao comprador

26/03/2015 - Fonte: Agência Brasil

Está publicada no [Diário Oficial da União](#) desta quinta-feira (26) a Lei 13.111/15, que obriga vendedores de motocicletas e automóveis novos ou usados a informar ao comprador os valores dos tributos incidentes no preço desses veículos.

A norma, que passa a valer em 60 dias, também determina que na assinatura do contrato de compra e venda, os consumidores sejam informados sobre a situação de regularidade do quanto a furto, multas e taxas anuais devidas, débitos de impostos, alienação fiduciária ou circulação do veículo.

Empresários que descumprirem a lei serão responsabilizados pelo pagamento dos tributos, das taxas e multas incidentes até a data da compra. No caso de o veículo ter sido furtado, o comprador terá direito à restituição do valor integral. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Confiança da construção atinge menor patamar desde 2010, mostra FGV

26/03/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Índice de Confiança da Construção recuou 8% em março, na comparação com fevereiro, atingindo 76,3 pontos, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa é a quarta queda consecutiva e o menor nível já registrado pela série, que teve início em 2010.

As expectativas de curto prazo apresentaram queda de 7,3%. No mês anterior foi registrado 4,7%. O Índice da Situação Atual caiu 8,9% no mês. Em fevereiro, a queda foi 9,9%. Os índices chegaram aos menores níveis da série.

O item que mede as expectativas em relação à evolução da demanda nos três meses seguintes passou de 88,4 pontos para 83,8 pontos no mesmo período, representando uma queda de 5,2%.

Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos da Construção da FGV, avalia que o nível de atividade do setor está caindo rapidamente.

“O elemento inesperado está vindo do segmento de infraestrutura, porque, nesse caso, as dificuldades não estão relacionadas ao término de obras como no setor imobiliário, mas às obras que estão sendo paralisadas independentemente do estágio, o que tende a gerar um impacto ainda mais forte. E a percepção dos empresários é de que esse quadro tende a se agravar nos próximos meses.”

Com reversão de demissões, metalúrgicos da Volkswagen voltam ao trabalho

26/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Os trabalhadores da Volkswagen, que estavam em greve desde o dia 6, decidiram nesta sexta-feira (16) retornar ao trabalho após a montadora concordar em readmitir os 800 funcionários que haviam sido dispensados no final do ano passado.

Em assembleia nesta manhã, eles concordaram em retomar as atividades na próxima segunda-feira (19). Segundo os trabalhadores, as demissões rompiam um acordo de estabilidade previsto até abril de 2017.

Além da readmissão, a empresa fez alterações no Acordo Coletivo da categoria, que havia sido rejeitado em dezembro. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, antes, o documento previa reajuste na forma de abono. Agora, será concedida a inflação do período, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Na segunda-feira (12), os metalúrgicos fizeram um ato em defesa do emprego, bloqueando trechos das Rodovias Anchieta e Imigrantes. No dia seguinte, representantes do sindicato foram recebidos pelo secretário-geral da Presidência da República, Miguel Rossetto.

Durante o encontro os trabalhadores entregaram uma pauta de reivindicações, incluindo temas como proteção do emprego, ampliação do crédito e recomposição da frota. A empresa, por sua vez, retomou as negociações.

A greve na Volks foi iniciada no dia em quem os trabalhadores voltariam de férias coletivas. Eles souberam da decisão da montadora por meio de telegramas recebidos no final do ano passado.

A Volkswagen avaliou, por meio de nota, que a aprovação do novo Acordo Coletivo resultou em uma proposta balanceada que possibilita a adequação dos custos e do efetivo na unidade Anchieta, em São Bernardo do Campo, região do ABC Paulista.

De acordo com a empresa, o resultado vai permitir a continuidade dos programas de demissão voluntária, com incentivo financeiro. Além disso, “assegura a vinda de uma nova plataforma mundial de produto e modelos, solidificando as bases de um futuro sustentável para a unidade”.

Acordos coletivos podem fixar salário menor que piso da categoria

26/03/2015 - Fonte: Reuters

Acordos coletivos podem fixar remuneração menor para empregados ingressantes do que o piso salarial previsto para a categoria. Este foi o entendimento da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, ao garantir a validade de cláusula de acordo coletivo dos empregados com uma empresa do comércio varejista da região de Campinas (SP).

O acordo estabelecia que os funcionários com menos de um ano de empresa receberiam R\$ 765, enquanto aqueles com mais de um ano receberiam R\$ 900. "O nível de produtividade e perfeição técnica é atingido naturalmente com a experiência, o que justifica a majoração do salário quando alcançado o domínio do empregado no exercício de sua atividade laboral", disse a ministra Maria de Assis Calsing, relatora do caso, ao aceitar recurso do sindicato patronal.

O TST alterou decisão anterior do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), que homologou acordo entre o Sindicato dos Empregados no Comércio de Capivari, Piracicaba e Região e o Sindicato do Comércio Varejista de Campinas e Região (Sindivarejista), com vigência de 2012 a 2013, excluindo apenas as cláusulas referentes ao salário de ingresso e salário normativo.

No TST, o Sindivarejista alegou que, além de a cláusula já fazer parte de acordos anteriores, a fixação do salário de ingresso não contraria o artigo 461 da [CLT](#), que trata a isonomia salarial, conforme a [Orientação Jurisprudencial 25](#) da seção de dissídios coletivos.

Medida legítima

Ao analisar o caso, Maria Calsing afirmou que a fixação de salário de ingresso mediante norma coletiva não era ilegal. Para ela, a medida visa não nivelar por baixo o piso salarial da categoria. A magistrada disse que a cláusula "apenas reflete a existência de situações diversas".

Para a relatora, apenas o prazo de um ano poderia ser questionado, mas como o acordo foi assinado por ambas as partes, isto também era inviável. Segundo o processo, já existia convenção coletiva de trabalho, firmada entre os sindicatos envolvidos, vigente entre 2010 e 2011, atestando essa realidade.

A ministra lembrou que, em dissídio coletivo para fixar condições de trabalho no período imediatamente anterior (2011/12), as partes celebraram acordo, homologado com a cláusula que trata do salário de ingresso, nos mesmos termos da ação em discussão. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

Novos Projetos de Lei

26/03/2015 - Fonte: FIEP

Leiam os Novos Projetos de Lei.

Seminário aborda atualizações sobre Previdência Social

26/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

No dia 31 de março será transmitido o Seminário à distância "Atualização em Previdência Social – Contribuições e Retenções".

A instrutora será a Professora Universitária e Consultora, Lúcia Young. Os interessados residentes nas cidades de Araranguá, Balneário Camboriú, Brusque, Caçador, Chapecó, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Tubarão e Videira, terão duas opções de inscrição, assistir no auditório ou diretamente do escritório, através do link web.

Os associados interessados no link web que não residem nas cidades que teremos transmissão no auditório, terão 15% de desconto em sua inscrição.

As perguntas serão respondidas no dia do seminário, das 17 às 18hs, através de um Fórum ao vivo com a instrutora.

Inscrições: www.sesconsc.org.br.

Data: 31 de março de 2015.

Horário: 14 às 17hs

Mais Informações: (47) 3433-9849 ou cursos@sesconsc.org.br

Faturamento da indústria de alimentos em SC é maior do que a média nacional

26/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

O faturamento das empresas de produtos alimentícios em Santa Catarina cresceu 8% ao ano entre 2007 e 2011, o dobro da média nacional, segundo estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). O trabalho será apresentado nesta quinta-feira no Fórum Econômico do Grande Oeste Catarinense, que se inicia às 18h, no Lang Palace Hotel, em Chapecó.

O estudo faz parte do projeto Rotas Estratégicas Setoriais para a Indústria Catarinense, dividido em 16 temas, que aponta as estratégias e obstáculos das empresas catarinenses para se desenvolver até 2022. Em Chapecó, serão apresentados os estudos dos setores agroalimentar e de móveis e madeira.

As exportações das empresas de alimentos geraram um saldo positivo de R\$ 28 bilhões no período. E o Estado é o responsável por 8% das vendas de alimentos para o exterior, tendo como principal destino o Japão, com 17% das vendas.

No entanto, a área enfrenta gargalos como o déficit de milho, que gira em torno de 40% da demanda, e problemas de infraestrutura, como rodovias não duplicadas e falta de ferrovias no Oeste, onde está concentrada a produção agroindustrial.

Outro limitante é a produtividade dos trabalhadores do setor. No abate e processamento de itens de carnes, por exemplo, um trabalhador catarinense produz R\$ 59 mil por ano, contra a média nacional de R\$ 66 mil.

Foco em produtos de maior valor agregado

O vice-presidente da Aurora Alimentos, Neivor Canton, diz que o faturamento acima da média nacional, mesmo com um crescimento um pouco menor do que a produção nacional, revela que a indústria catarinense está apostando em produtos de maior valor agregado.

— Nosso foco não pode ser em commodities, mas em produtos diferenciados, mais elaborados, para mercados com um nível de exigência maior — diz.

E ele aponta que essa é uma tendência, pois no Estado há uma limitação no volume de produção de suínos e aves, que apresenta uma certa estagnação nos últimos anos pela limitação de milho. Prova disso é que os investimentos nas plantas industriais têm sido

em modernização e otimização, mas sem a construção de novas unidades de grande porte.

Canton explica ainda que a alta rotatividade dos trabalhadores atrapalha a qualificação. Mas entende que o setor precisa investir em capacitação para que consiga melhor produtividade.

Para o dirigente agroindustrial, há a necessidade de continuar zelando pelo status sanitário diferenciado de Santa Catarina, que permitiu acessar mercados como Japão e Estados Unidos.

— O Oeste precisa de um tratamento diferenciado, pois não temos nem portos, nem ferrovia, nem rodovia duplicada, nem gás — defende. Mesmo assim, o Oeste de SC liderou o Valor Adicionado Fiscal no setor, com US\$ 7 bilhões, entre 2007 e 2011.

O Fórum Econômico do Oeste contará também com a presença do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, que fará uma palestra sobre conjuntura e perspectivas econômicas. A mediação da mesa será da jornalista e colunista do jornal Diário Catarinense, Estela Benetti.

Empresas de móveis buscam exportações

As exportações catarinenses de móveis e madeira caíram de R\$ 827 milhões em 2008 para R\$ 594 milhões em 2012. Com esse cenário, a participação do setor nas vendas do Estado para outros países caiu de 9,9% para 6,7%.

Retomar participação no mercado externo é uma das estratégias apontadas no Plano de Desenvolvimento Industrial Catarinense para o setor de móveis e madeira, apresentado nesta quinta em Chapecó.

De acordo com o presidente da Associação dos Moveleiros do Oeste do Estado de Santa Catarina (Amoesc) e do Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Vale do Uruguai (Simovale), Osni Verona, as exportações caíram após a crise mundial de 2008, quando houve o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e dificuldades financeiras em alguns países europeus. Como os catarinenses atendiam a esses mercados, começaram a enfrentar problemas nos pagamentos.

— O número de empresas do Oeste que exportavam caiu de 45 para 15 — revela Verona. Ele argumenta que a alta do dólar pode estimular a retomada das vendas, mas os empresários ainda não estão confiantes, principalmente em virtude do "custo Brasil".

Aumento no custo de mão de obra

Verona acrescenta que sai mais caro levar um contêiner de móveis de Chapecó para os portos do que dos portos à Europa. Além disso, houve um acréscimo nos últimos anos no custo da força de trabalho, com encargos trabalhistas, fuga de mão de obra e salários maiores sem a contrapartida em produtividade.

Verona diz que um funcionário norte-americano produz cinco vezes mais, em virtude de capacitação e tecnologia.

Uma das saídas do setor é investir em design, com produtos diferenciados. Os empresários também reivindicam investimentos em ferrovias e rodovias.

O teto do Simples Nacional deve aumentar... mas nem tanto

26/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

As propostas que alteram o Projeto de Lei Complementar (PLP 448/2014), que trata do Simples Nacional, devem começar a ser analisadas pela Câmara dos Deputados na próxima semana. A apreciação das propostas é responsabilidade de uma comissão especial que seria constituída nesta quarta-feira (25/3) – no entanto, alguns dos deputados cotados para presidir a comissão não estavam presentes.

Uma das propostas que serão analisadas trata da elevação do limite para enquadramento no regime simplificado. O texto original, idealizado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), previa ampliar o limite atual de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões. Mas esse teto deve ser reduzido para R\$ 7,2 milhões a pedido do Ministério da Fazenda, segundo Guilherme Afif Domingos, ministro da SMPE.

“Na prática, isso vai afetar apenas algumas empresas do setor industrial”, comentou Afif. “Estamos construindo um outro caminho para evitar prejuízos aos pequenos industriais.”

Para os demais setores – comércio e serviços – o limite previsto no PLP 448, de R\$ 14,4 milhões, já não traria nenhum resultado positivo, uma vez que outras barreiras já sugeridas tornam o Simples desinteressante para empresas desses setores.

No caso do setor comercial, por exemplo, quando a empresa ultrapassa o faturamento de R\$ 7,2 milhões, o ICMS deixa de ser calculado sobre faturamento. Nesse caso, o imposto passa a ser cobrado pelo regime normal de apuração, sobre cada produto conforme as regras de cada Estado. Com esse critério, as empresas do setor passam a buscar naturalmente o Lucro Presumido, uma vez que o Simples Nacional seria mais oneroso.

Para o caso de serviços, o que limitaria as vantagens do novo modelo às empresas que faturam até R\$ 7,2 milhões seriam as novas alíquotas estabelecidas.

A comissão também irá analisar a redução do número de faixas de faturamento do Simples. Hoje são 20 faixas, mas se propõe reduzir para sete. Também se prevê a diminuição do número de tabelas do regime, de seis para quatro.

Um dos desfalques na reunião que criaria a comissão especial para análise das propostas que alteram o Simples Nacional foi o deputado Jorginho Mello (PR-SC). Ele, que é o presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, também estava entre os cotados para presidir a comissão. Segundo sua assessoria, Mello se ausentou por problemas de saúde.

SIMPLES SOCIAL

A secretaria da Micro e Pequena Empresa também prepara uma proposta para diminuir a burocracia que atinge as entidades assistenciais e filantrópicas. Segundo Afif, seria um Simples Social. O ministro afirmou que tem se reunido com representantes dessas entidades e agora está elaborando os caminhos para colocar as ideias em prática.

Por lei, as entidades do terceiro setor são imunes a incidência de alguns tributos, como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Entretanto, essas instituições reclamam que, na prática, existem problemas para obtenção desses benefícios.

Custos salariais estão erodindo a competitividade da indústria?

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A reticência da retomada do investimento na economia brasileira e o aumento do déficit comercial nos últimos anos têm destacado a necessidade de se recuperar a competitividade da indústria local a fim de se criar os fundamentos de um novo ciclo de crescimento.

Em um cenário de recuperação da competitividade industrial, os fundamentos deste novo ciclo poderiam estar ancorados tanto na contenção do déficit comercial quanto no aumento do investimento com intuito de ampliar a capacidade produtiva de modo a atender a demanda doméstica – a qual tem se deslocado gradativamente para o exterior.

Apesar de inúmeros economistas enfatizarem a centralidade da indústria para a recuperação do crescimento brasileiro e de haver um consenso acerca de sua baixa competitividade, observa-se um conjunto heterogêneo de propostas para se enfrentar tal deficiência.

Dentre as mais influentes encontra-se a tese de que na última década teria havido um descompasso entre o crescimento do salário real e o aumento da produtividade no setor. Segundo esta interpretação, o aumento do salário real acima da produtividade teria reduzido o potencial de acumulação de capital na indústria.

Este fato, por sua vez, teria restringido a capacidade de investimento do setor e, assim, comprometido seu potencial de crescimento de longo prazo. Deste modo, o incremento da competitividade da indústria local teria como um dos pré-requisitos a limitação do crescimento do salário real a patamares inferiores ao ritmo de expansão da produtividade.

No entanto, ao contrário do que afirma esta linha de argumentação, em primeiro lugar vale observar que os dados da PIA/IBGE mostram que não tem se observado uma redução do potencial de acumulação da indústria local no período entre 2000 e 2010 (último ano para o qual há dados disponíveis para as variáveis analisadas neste artigo).

Neste período, para empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, observa-se um aumento substancial da massa de lucro e a não deterioração de indicadores que levam em consideração o percentual do lucro em relação ao valor da transformação industrial (VII), à receita e ao ativo.

Em segundo lugar, observa-se que os momentos em que há uma deterioração dos indicadores e inclusive uma queda da massa de lucros industriais não são aqueles caracterizados por aumentos exponenciais do salário real, mas sim por baixo crescimento econômico e principalmente por grandes desvalorizações da moeda local, como em 2002 e 2008.

Estas desvalorizações, por sua vez, contribuiriam para o aumento não desprezível dos custos industriais, dado o viés crescentemente maquilador do parque produtivo doméstico. Não obstante, quando se observa o comportamento dos salários em relação aos custos e aos lucros industriais, também não é possível afirmar que o crescimento dos salários reais tem reduzido o potencial de acumulação e de investimento da indústria nacional.

Isso porque, ainda segundo a PIA/IBGE, para empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, a participação dos gastos com pessoal (os quais incluem outros gastos além dos salários) nos custos industriais em 2010 encontrava-se exatamente no mesmo patamar que em 2000-13,9%.

Adicionalmente, ao contrário do que sugerem algumas interpretações em destaque no debate econômico atual, entre 2000 e 2010 não se observou um aumento da participação dos gastos com pessoal em relação ao lucro das empresas industriais brasileiras.

O que se verifica é que em 2010 os gastos com pessoal representavam cerca de 120% do lucro destas, enquanto que em 2000 e 2001 estes valores eram bastante superiores, de 273% e 318% respectivamente.

Em síntese, os indicadores refutam a tese de que o aumento do salário real acima da produtividade tenha se configurado como um dos principais elementos para a erosão da competitividade da indústria brasileira.

Deste modo, parece-me que a retomada da competitividade desta, em um cenário de acirramento da concorrência global e de consolidação da China como a nova 'Fábrica do Mundo', não deve se fundamentar em medidas que circunscrevam tal problema à redução do ritmo de crescimento do salário real.

De maneira mais ampla, tais medidas deveriam se basear na compreensão de que parcela importante das deficiências da indústria brasileira tem como fundamentos estruturais elementos como o baixo nível de institucionalização das rotinas operacionais e inovativas, a baixa intensidade de capital por trabalhador (a qual se reduziu para a maior parte dos setores entre 2000 e 2010, devido ao crescente viés maquilador assumido pela indústria local) e principalmente a baixa participação na estrutura produtiva doméstica de setores com elevada produtividade, característicos do paradigma da 3Revolução industrial.

A participação dos gastos com pessoal nos custos industriais em 2010 era de 13,9%, a mesma de 2000

Antônio Carlos Diegues é doutorem economia pela Unicamp e professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos.

Gerdau reajusta preços de longos em 12% dia 1º

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Gerdau irá reajustar os preços de longos em 12% a partir do primeiro dia útil de abril, é o que afirma fonte do mercado, que prefere manter-se em sigilo.

Segundo dados repassados por ela, o aumento será aplicado aos vergalhões, cantoneiras e barras tanto para distribuição quanto para a indústria já no próximo mês.

Em janeiro os preços dos aços longos já haviam aumentado cerca 7%, agora, com o anúncio deste novo reajuste de 12%, o mercado de longos vai acumular um aumento de 19% em seus produtos.

Contatada pela redação do Infomet, a Gerdau diz não se pronunciar sobre políticas de preços.

UE impõe taxas antidumping a importações de aço de China e Taiwan

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A União Europeia (UE) decidiu impor taxas antidumping por seis meses às importações de produtos laminados a frio em aço inoxidável da China e de Taiwan, informa o Diário Oficial da UE publicado nesta quarta-feira.

As taxas que o bloco definiu para que estes produtos possam ingressar no mercado único europeu vão de 10,9% a 25,2%, de acordo com a empresa em questão.

O caso havia começado com uma denúncia apresentada em maio de 2014 pelo Eurofer, em nome dos produtores da UE de produtos de aço inoxidável laminados a frio.

Este produto tem uma ampla gama de uso final, por exemplo na produção de aparelhos domésticos, tubos soldados e produtos sanitários, assim como na indústria de processamento de alimentos e na automotriz.

A Eurofer, que representa cerca de 50% da produção europeia deste produto, denunciava que empresas destes dois países vendiam com prejuízo.

O período investigado pela Comissão ocorreu de meados de 2014 ao início de 2015. Entre 2010 e o período de investigação, as importações a partir de China e Taiwan dispararam 70%, de 184.000 toneladas a 312.000.

A cota de mercado representava 5,8% do mercado da UE em 2010 e saltou a 9,5% para o período investigado.

Déficit comercial de aço da AL com a China chegou a 26%

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A troca comercial de produtos de aço entre América Latina e China registrou um déficit de US\$ 24,8 bilhões em 2014, um aumento de 26% em relação a 2013, informou a Associação Latino-Americana do Aço (Alacero) nesta quarta-feira.

Os preços das matérias-primas siderúrgicas, como minério de ferro, carvão e ferro-velho, desabaram em 2014 e alcançaram mínimos históricos.

A China foi beneficiada por este fato e adquiriu 7% a mais de toneladas de matérias-primas do que em 2013 a um valor 13% menor.

No caso da América Latina, os envios à China cresceram 5% em volume ano passado, mas seu valor em dólares diminuiu 16%.

Os envios de matérias-primas da China para a região cresceram 23% em volume e 5% em valor comparado com 2013.

As exportações de aço laminado da China para a América Latina alcançaram um volume histórico de 8,3 milhões de toneladas, 56% a mais que no ano anterior.

Os três principais destinos do aço laminado chinês foram Brasil, que recebeu quase dois milhões de toneladas (24% do total), Chile com 1,25 milhão de toneladas e a América Central, com 1,17 milhão de toneladas.

Os produtos planos concentraram 67% dos laminados vindos da China para a América Latina.

Por volume, os produtos mais representativos foram folhas e outras bobinas de aço, arame galvanizado e chapas quentes.

CADE nega pedido de participação da CSN na Usiminas

26/03/2015 - Fonte: Info Money

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) negou o pedido para que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) possa participar como acionista minoritária no conselho de administração da Usiminas, sua concorrente direta no mercado local de aço.

A decisão foi tomada por despacho do procurador-geral do órgão antitruste, Victor Santos Rufino. "É um pedido de levantamento pontual e excepcional para o fim de uma obrigação firmada com o Cade de não exercer direitos políticos numa assembleia da Usiminas", disse Rufino, referindo-se à medida preventiva imposta pelo próprio Cade, em abril de 2012, para impedir a CSN de indicar membros aos conselhos de administração e fiscal da Usiminas.

Na época, a medida foi tomada porque os conselheiros temiam a interferência da CSN na Usiminas e queriam garantir a concorrência entre as empresas que disputam o mercado de aço no país. Agora, a CSN alegou que o grupo italiano Ternium - Techint adquiriu o controle da Usiminas ao comprar as participações da Camargo Corrêa e da Votorantim, em novembro de 2011, pagando R\$ 5,1 bilhões.

A companhia argumentou que o órgão antitruste não teria sido informado de que a aquisição levou ao controle da Usiminas pela Ternium e pediu para participar do conselho de administração. A CSN é dona de aproximadamente 12% de ações ordinárias da Usiminas e de quase 20% de papéis preferenciais, somando cerca de 15% do capital total.

"A CSN pede para votar dentro de um contexto de um conflito societário dentro da empresa. Mas, nós fizemos análise cuidadosa e concluímos que a situação de fraqueza dos minoritários não se apresenta fática", completou o procurador-geral.

Para ele, se a CSN quiser, ela pode utilizar outra "válvula de escape, que é o aluguel de ações". O aluguel de ações é comum no mercado e ocorre por meio de uma operação que passa pela BM&FBovespa, onde se oferta os papéis a investidores interessados. O presidente do Cade, Vinícius Carvalho, avaliou que a CSN tem que manter distância da Usiminas por razões concorrenciais.

"Houve mudanças no cenário societário, mas não houve alterações no cenário concorrencial", disse Carvalho. "As preocupações que temos no mercado continuam", completou, referindo-se ao de ambas competirem no setor de aços.

Há mais de um ano, os controladores da siderúrgica - Nippon Steel & Sumitomo e Ternium - estão envolvidos em um conflito sobre a gestão da empresa. O caso foi parar na Justiça depois que três executivos estatutários da Usiminas indicados pela Ternium foram afastados pelo conselho.

Com a briga e a vacância de um conselheiro no colegiado desde o fim de outubro, os minoritários ordinaristas, donos de 10% das ações, convocaram uma assembleia geral extraordinária (AGE), aprovada pelo conselho e marcada para 6 de abril.

Na terça-feira, um fundo gerido pelo BTG Pactual, detentor de ações, pediu o adiamento da AGE. Alega-se que há uma AGE no dia 28 de abril. Sem nome consenso dos controladores, os minoritários, liderados pelo fundo L. Par, indicaram Marcelo Gasparino, atual conselheiro da empresa, para presidir o conselho administrativo. Mas, até lá ainda pode haver reviravolta na disputa de controle da gestão.

Lirio Parisotto é indicado para o Conselho da Usiminas

26/03/2015 - Fonte: Revista Época

O empresário e acionista minoritário da Usiminas, Lirio Parisotto, foi indicado pela L.Par, fundo que reúne seus recursos, para ocupar uma cadeira no Conselho de Administração da Usiminas.

Com isso, os minoritários da siderúrgica mineira tentam avançar no conselho da empresa, que vive uma briga societária entre seus principais controladores, Nippon e Ternium. Além de Parisotto, os minoritários tentam emplacar também para uma vaga no grupo o presidente da Associação de Investidores de Mercado de Capitais (Amec), Mauro Cunha.

O fundo L. Par, que é gerido pela Geração Futuro, conseguiu agrupar minoritários que correspondem a 5% do capital social da Usiminas para fazer o pleito para a chamada da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), com o intuito de tentar recompor o conselho da companhia.

O fundo de Parisotto tem cerca de 1% das ações ordinárias e 5% das preferenciais da Usiminas. A assembleia foi marcada, após aprovação do Conselho, para o dia 6 de abril.

O nome de Parisotto para o conselho da Usiminas já vinha sendo aventado ao longo dos últimos meses. O empresário estava disposto a se candidatar ao conselho na Usiminas e buscava ser um nome de "consenso". Sua candidatura ficou em dúvida no momento em que um fundo do BTG Pactual, avançou no capital da Usiminas, alcançando atualmente 2,5% das ações ordinárias.

Presidência - Além dos dois assentos no conselho, os minoritários querem, ainda, aproveitar o momento para terem sua presidência. O movimento coincide com um vácuo envolvendo a presidência do conselho de administração da Usiminas, já que a saída de Penido, o atual presidente, é dada como certa, já que sua permanência exigiria consenso entre Nippon e Ternium.

Sem nenhum acordo, as controladoras poderão ficar de fora no momento da escolha do presidente do conselho, função que poderá recair, assim, nas mãos dos minoritários, o que explica toda essa movimentação. A Usiminas possui nove conselheiros. Nippon e Ternium têm três indicados cada, um é representante dos empregados, um da Previdência Usiminas e um representante dos minoritários.

Sumitomo alerta para 1º prejuízo anual em 16 anos; sofre impacto de mina no Brasil

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Sumitomo alertou nesta quarta-feira que entregará seu primeiro prejuízo anual em 16 anos no ano fiscal encerrado em março, atingida pela derrocada global nos preços de matérias primas que também forçaram a quinta maior trader de commodities do Japão a cortar seus planos de investimento.

Para o ano fiscal atual, que acaba em 31 de março, a Sumitomo disse esperar prejuízo líquido de 85 bilhões de ienes (711 milhões de dólares), aquém de sua previsão já reduzida anteriormente de lucro líquido de 10 bilhões. O prejuízo seria o primeiro desde 1998/99 e o maior desde que a companhia foi atingida por perdas de 2,6 bilhões de dólares por negociações ilegais de cobre em 1996/97.

A Sumitomo, contudo, disse esperar voltar ao lucro a partir do ano que começa em 1o de abril, principalmente pela maior receita com operações não ligadas a commodities como as de mídia e alimentação.

A companhia disse que as baixas contábeis para o ano se ampliaram para 325 bilhões de ienes (2,71 bilhões de dólares) ante sua estimativa anterior de 240 bilhões de ienes. Isso inclui cerca de 240 bilhões de ienes em perdas com projetos de xisto nos Estados Unidos e uma perda de 65 bilhões de ienes por uma mina de minério de ferro no Brasil.

A Sumitomo é parceira da Usiminas na Mineração Usiminas S.A. (Musa), que está envolvida na produção, transporte, vendas domésticas e exportação de minério de ferro, segundo informações do site da empresa japonesa.

Os ativos de mineração da Musa estão localizados em Serra Azul, Minas Gerais.

Vale obtém licença ambiental e inicia expedição de minério de ferro de Serra Leste

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Após a obtenção da última das três licenças ambientais para operação, a Vale deu início ao primeiro carregamento de minério de ferro produzido em Serra Leste, no Sudeste do Pará. Os 334 vagões do trem começaram a ser carregadas para embarque de 34 mil toneladas de minério.

A licença, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA), autorizou a Vale a operar a estrada e a pera ferroviária de Serra Leste. As licenças ambientais de operação da mina e da usina já haviam sido obtidas em fevereiro deste ano.

A Mina de Serra Leste, que fica a 50 quilômetros de Curionópolis e a cinco quilômetros de Serra Pelada, tem reserva inicial de 307,4 milhões de toneladas, com teor médio de 65,4% de ferro.

Preços do minério de ferro importado pela China continuam caindo

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Os preços do minério de ferro importado nos 33 principais portos chineses continuaram caindo devido ao pequeno volume de transação à vista e uma forte atitude de cautela, segundo um relatório divulgado nesta terça-feira.

Durante a semana terminada em 23 de março, o índice de preços para a importação de minério de ferro com grau de pureza de 62% caiu 3 pontos em relação à semana anterior. Já o minério de ferro com grau de pureza de 58% caiu 2 pontos, segundo o relatório sobre o Índice Xinhua de Minério de Ferro da China.

Os estoques do minério de ferro importado ficaram em 96,6 milhões de toneladas, registrando uma diminuição de 1,84 milhão de toneladas, em relação ao período anterior (de 10 a 16 de março). Os preços das principais importações de minério de ferro caíram para baixo de US\$ 55 por tonelada na semana passada como resultado de fraca demanda.

Os preços de minérios de ferro importados caíram 23% desde o início deste ano, depois de perder 47% em 2014. O relatório prevê que os crescentes estoques de aço afetarão os preços desta matéria-prima e isso levará a uma maior contração na demanda.

O índice acompanha de perto as mudanças no mercado doméstico do minério de ferro, baseando-se em levantamentos aprofundados com os principais portos marítimos chineses, comerciantes desta commodity e produtores de aço e em análises de dados alfandegários.

Casa da mineração oferece conhecimento do setor através de exposições

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Numa iniciativa pioneira no Brasil, o Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (Simineral) e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) inauguraram em agosto de 2012, em Belém, a Casa da Mineração.

O espaço tornou-se ponto de encontro do setor mineral paraense para discussões com as esferas públicas e privadas e sociedade civil. Também é fonte de informação e conhecimento para o público em geral. Com isso, a Casa já é um referencial no país, aproximando o setor produtivo mineral, cada vez mais, da população.

A Casa da Mineração está aberta ao público de segunda à sexta, no horário comercial. O espaço promove exposições e amostras de minérios, como ferro, cobre, níquel, entre outros. Atualmente, está aberta a exposição "Amazônia, bauxita e você. O que tem a ver?".

O objetivo é levar aos alunos de escolas públicas e privadas do ensino Fundamental e Médio, informações sobre o processo produtivo da bauxita, relacionando suas diferentes etapas ao conteúdo das disciplinas da grade curricular desses jovens.

Desde sua inauguração, o Simineral promove visitas monitoradas para as escolas públicas. Para o presidente do sindicato, José Fernando Gomes Júnior, além de representar um lugar para a visita, a Casa da Mineração é um espaço para articular junto com autoridades, técnicos e tomadores de decisão, programas, projetos, políticas e ações relacionadas à atividade, uma das que mais movimentam a economia paraense.

"Estamos aqui para apoiar as empresas e levar a cultura minerária à sociedade, afinal a gente só ama o que conhece. Já promovemos várias exposições no espaço, como a exposição sobre os 10 anos da Mina do Sossego ano passado e outras mais acontecerão", destaca José Fernando.

Exposição - A exposição em cartaz atualmente mostra onde a bauxita está presente no dia a dia das pessoas e a relação da cadeia do alumínio com a bauxita. Mostra também por que o alumínio é o material mais desejado pelos fabricantes de produtos de tecnologia móvel e aborda a relação entre as disciplinas escolares e a produção mineral no Pará, daí o mote "O que tem a ver?". A proposta é mostrar as ciências que existem por trás da produção da bauxita: da geografia à biologia.

Serviço: A Casa da Mineração funciona na Avenida Rui Barbosa, nº 1536, entre as Avenidas Braz de Aguiar e Gentil Bittencourt, no bairro de Nazaré. As visitas são gratuitas e devem ser previamente agendadas pelos telefones 3230-4055 e 3230-4066.

Inadimplência de empresas pode piorar

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A inadimplência no mercado de crédito como um todo segue próxima das mínimas históricas, em 2,8%, mas o nível de calotes no segmento de pessoas jurídicas dá sinais de que pode começar a destoar. A taxa de atrasos entre 15 e 90 dias, vista como um

indicador antecedente, subiu 0,4 ponto percentual, considerando-se os recursos livres na passagem de janeiro para fevereiro, para 3,3%.

Esse nível não era visto há mais de dez anos e não foi registrado nem na crise de 2008/2009. A inadimplência oficial, acima de 90 dias, manteve-se em 3,5% em fevereiro.

Na avaliação dos economistas da Rosenberg e Associados, o aumento talvez já seja um dos primeiros reflexos da Operação Lava-Jato sobre a capacidade de algumas grandes empresas de rolar suas dívidas.

Além disso, cita a consultoria em relatório, empresas têm tido dificuldade para captar no mercado externo, o que pode levar a uma maior demanda por recursos bancários. "Como já vínhamos alertando, este indicador de inadimplência continuará sendo monitorado com lupa nos próximos meses. A continuidade de sinais de aumento redundará em estrangulamento ainda maior das concessões", diz.

De janeiro para fevereiro, as concessões totais para pessoas jurídicas caíram quando comparadas com o mesmo mês do ano anterior. Passaram de R\$ 141 bilhões para R\$ 118,8 bilhões. Também em relatório, analistas do Credit Suisse chamam atenção para a taxa de inadimplência entre 15 e 90 dias.

O banco aponta que esse indicador também sobe para as pessoas físicas pelo segundo mês, saindo de 4,9% em dezembro para 5,4% em fevereiro. "Essa dinâmica acena para uma reversão da tendência de baixa que se viu nos últimos meses.

Além disso, o avanço do crédito livre para as pessoas jurídicas foi puxada pelo cartão de crédito, que usualmente apresenta maior inadimplência", diz o Credit Suisse, acrescentando que sua expectativa é de alta do calote em função da retração da atividade e do aumento do desemprego.

Ainda na avaliação do crédito para empresas, a Rosenberg aponta que as taxas de expansão do estoque com recursos livres tiveram retração pela décima vez consecutiva e o crédito com recursos direcionados continua perdendo fôlego.

"A Operação Lava-Jato e a deterioração da atividade econômica têm tido efeito significativo na oferta de crédito por parte das instituições financeiras", destaca. Já no crédito direcionado, quem dá o rumo é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo a Rosenberg, a percepção é que a participação do BNDES e demais bancos públicos, sob a tutela da nova equipe econômica, será mais comedida, o que pode resultar na retração nominal do crédito em 2015, o que não se via desde 2003. Isso é reflexo de uma redução do spread entre Selic e TJLP, e diminuição dos repasses do Tesouro.

"Devemos observar uma importante retração dessa modalidade. A menor demanda ensejada pela redução dos investimentos por parte dos envolvidos na Lava-Jato, incertezas de pagamentos e aumento da inadimplência também deverão afetar o desempenho ao longo do ano", diz a consultoria.

Economistas projetam queda de 0,1º no PIB do 4º Tri e crescimento zero em 2014

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A revisão metodológica das Contas Nacionais pode ter ajudado o crescimento de 2012 e, em menor grau, o de 2013, mas não alterou a percepção de enfraquecimento da atividade no fim do ano passado, avaliam economistas.

Segundo a média das projeções de 19 instituições e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 0,1% de outubro a dezembro sobre os três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais, depois de ter subido 0,1% de julho a setembro. Se confirmadas as estimativas, a economia terá ficado totalmente estagnada no ano.

As previsões para as Contas Nacionais Trimestrais, a serem divulgadas amanhã pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vão de recuo de 0,4% até alta de igual intensidade. Além do resultado do quarto trimestre de 2014, também serão conhecidos os dados revisados desde 2012, assim como a nova variação trimestral do PIB desde então.

No início do mês, o instituto já havia publicado novos cálculos para o tamanho e o comportamento das riquezas nacionais de 2001 a 2011, após ter incorporado padrões metodológicos internacionais na construção do PIB, assim como resultados de pesquisas estruturais do próprio órgão.

Para os analistas ouvidos, com a revisão, o crescimento da economia em 2012 pode sair de 1% para algo em torno de 1,5%, e alta de 2,5% em 2013 pode virar algo como 2,7%, devido principalmente ao desempenho mais positivo da indústria.

O ano de 2014, no entanto, já foi marcado por uma retração mais forte do setor e por desaceleração disseminada entre outros componentes da atividade e, por isso, as alterações no cálculo do PIB devem fazer pouca diferença.

"Talvez a nova metodologia gere alguma diferença nas ponderações e pesos, mas não tem como o PIB não ter sido negativo nesse período", diz Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IbreFGV), que trabalha com queda de 0,2% da atividade na passagem do terceiro para o quarto trimestre. Pela ótica da oferta, a única contribuição positiva deve ter vindo do aumento de apenas 0,1% previsto para o setor agropecuário, aponta Silvia.

A indústria, que havia crescido 1,7% no trimestre anterior, agora deve ter encolhido 2%. Segundo a economista, todos os segmentos que compõem o PIB industrial, com exceção da parte de eletricidade, recuaram nos três meses encerrados em dezembro → até mesmo a indústria extrativa, que teve um bom ano em 2014, mas já começou a perder fôlego, tendência que deve se manter em 2015 com os problemas enfrentados pela Petrobras.

"Acho difícil ter uma visão otimista para a indústria, que piorou de maneira significativa ao longo de 2014. Não há sinais de recuperação", disse Silvia.

Além da deterioração da atividade industrial, Rodrigo Miyamoto, do Itaú Unibanco, aponta que os serviços também atravessam uma conjuntura mais desfavorável. Em seus cálculos, o PIB do setor teve crescimento nulo nos últimos três meses do ano passado, após ter mostrado expansão de 0,5% no período anterior.

A crise na indústria, de acordo com Miyamoto, afeta o desempenho de alguns serviços, como o de transportes de carga e o comércio, enquanto o cenário de desaquecimento do mercado de trabalho e redução dos ganhos salariais prejudica o segmento como um todo.

A trajetória do consumo das famílias e dos serviços em 2014 acompanhou de certa forma a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, pondera Jankiel Santos, economista-chefe do Besi Brasil.

Segundo as estimativas da instituição, ambos os setores tiveram no quarto trimestre o pior resultado do ano, na comparação com o trimestre anterior → -0,4% e 0%, respectivamente. Sem os "motores dinâmicos" da demanda das famílias → a redução de

impostos sobre bens de consumo e o nível ainda alto de avanço da renda do trabalho \rightarrow , a tendência é que essa desaceleração se acentue neste ano.

"Os salários crescem cada vez menos, as famílias estão mais endividadas e a ocupação já cai. É difícil imaginar alguma recuperação no consumo. A trajetória descendente da confiança só confirma isso", diz Santos.

Para o economista, o resultado de 2014 já será bastante ruim. Na projeção do Besi Brasil, o aumento de 0,5% no consumo das famílias deve ser o pior resultado para o setor desde 2003, quando o consumo caiu 0,8%.

Silvia, do Ibre, avalia que a piora do ciclo econômico, com demanda menor da indústria por bens intermediários e enfraquecimento adicional do consumo, deve ter levado as importações de bens e serviços a diminuir 3,2% dentro do PIB no último trimestre de 2014.

Mesmo assim, a contribuição do setor externo para a economia foi negativa no período, porque, pelos cálculos dela, as exportações tiveram um tombo de 9,8%. "A quantidade de bens manufaturados exportada diminuiu muito no ano passado. Além da questão da Argentina, temos perdido competitividade", nota Silvia.

Na passagem do terceiro para o quarto trimestre, segundo estimativas do Ibre, o volume exportado de manufaturados caiu 11%. Com dificuldades para vender ao mercado externo, economia praticamente parada e previsão de que a demanda deve continuar a se enfraquecer, é natural que os investidores adiem decisões e projetos, comenta Alexandre Andrade, economista da GO Associados.

Depois de alta de 1,3% no terceiro trimestre, a consultoria espera que o investimento tenha ficado estável nos três meses finais do ano. Como a queda foi muito forte no primeiro semestre, até por causa da redução de dias úteis com a Copa do Mundo, a formação bruta de capital fixo deve encerrar o ano com queda de 5%.

O cenário para 2015 é ainda menos favorável, com tombo de 7% dos investimentos, diante da paralisação de obras por causa das investigações envolvendo a Petrobras e as principais empreiteiras do país. Além disso, o ajuste fiscal e a confiança em forte queda também são sinais de que a atividade seguiu perdendo dinamismo.

Na média, economistas ouvidos pelo Valor Data projetam queda de 0,4% do PIB no primeiro trimestre e de 1,1% no ano. O setor externo, na avaliação de Santos, do Besi Brasil, pode ser o componente do PIB com melhor desempenho neste ano.

A desvalorização do real, mesmo diante do barateamento de outras moedas ante o dólar, tem potencial para estimular as exportações e encarecer as importações, levando o setor externo a dar uma contribuição positiva ao produto em 2015. "Ele pode ser a boia que vai nos deixar com o nariz fora d'água", diz.

A ajuda, entretanto, é limitada pelas características da economia brasileira, relativamente fechada, e pela situação dos nossos principais parceiros econômicos, Europa e Estados Unidos ainda se recuperam da crise e a China continua desacelerando, afirma Santos. Em 2014, as exportações devem cair 0,7% no PIB; as importações devem ceder 1,3%, segundo o Besi.

País atrai interesse no exterior, diz consultoria

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Nada como um olhar à distância. Enquanto o investidor local reforça os níveis de desconfiança com relação à economia, o estrangeiro mostra interesse firme pelo país, especialmente com relação às oportunidades em infraestrutura, diz a nova-iorquina Karen Harris, diretora de macrotendências da consultoria de negócios global Bain & Company. "E alguns deles estão cortando China e especialmente a Rússia de seus portfólios", diz.

Pela segunda vez no Brasil para uma apresentação que reuniu cerca de 200 clientes e grandes executivos em São Paulo, Karen se diz surpresa com o nível de pessimismo local, em nada parecido com o humor externo em relação ao país. "Sinto que, talvez, o sentimento de curto prazo esteja correto, mas a visão de longo prazo está pessimista demais, dadas as oportunidades do país."

Em um mundo marcado pela escassez de demanda, diz a executiva, investidores institucionais como fundações e fundos de private equity estão em busca de desafios como os apresentados por países como Brasil e Índia, únicos entre as maiores economias a contar com uma demanda superior à oferta. "Qualquer um que já tentou chegar a um compromisso sob chuva em São Paulo pode te falar a respeito dos desafios em infraestrutura", diz ela.

Essa necessidade de investimento em infraestrutura, afirma, combina perfeitamente com um mundo no qual a escassez de recursos deve se manter como o menor dos desafios por um tempo considerável. Karen ressalta que, em 1990, a relação entre ativos financeiros e PIB global era de 6,5 vezes. Em 2010 chegava a dez vezes. "E vai se manter nesse nível ao menos até o fim da década", acredita.

Entre os ativos, Karen diz que seus clientes estão enxergando oportunidades na construção de portos, por exemplo, como forma de melhorar o transporte de mercadorias que saem do país.

A regulação local, no entanto, ainda é uma preocupação. "Há oportunidades para melhorar as regras. A questão é como o governo quer que isso ocorra: da forma mais barata no curto prazo, o maior retorno para o governo ou a melhor qualidade?"

Há várias respostas e a forma como elas são dadas interfere em quem vai ser envolvido na concessão e como". Karen não nega que há desafios no ambiente político, mas avalia que eles precisam ser vistos de uma perspectiva relativa.

"Investidores que olham para o Brasil não acham que estão investindo na Califórnia. É um mercado emergente e dele se espera maior risco e também mais altos retornos e não há muitos países no mundo hoje em que investidores podem encontrar bons retornos em meio a esse ambiente de alta liquidez e baixas taxas de juros", afirma ela.

Karen diz que não tem elementos suficientes para avaliar a possibilidade de um impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas diz que a democracia e as instituições políticas locais dão mostras de força. "Fiquei impressionada, pois o país teve milhares de pessoas protestando em São Paulo e não tinha nem sujeira nas ruas", diz.

"Em Londres, não se pode ter cem fãs de futebol juntos sem vandalismo." Entre o risco político e os desafios econômicos, ela diz que a preocupação maior do investidor externo recai sem dúvida sobre as incertezas macroeconômicas - o fim do ciclo de commodities, desafios em infraestrutura e as leis trabalhistas locais preocupam mais do que corrupção no governo. "Na avaliação dos meus clientes, escândalos vêm e vão em todo governo.

A transparência e a estabilidade com que a coisa toda é tratada são mais importantes do que erros individuais". Segundo Karen, é preciso pensar o Brasil em um contexto mais amplo. Entre os Brics, por exemplo, sigla que para ela soa um tanto reducionista, a campanha anticorrupção chinesa pode ser oportuna, mas não parece construir um senso forte de transparência, enquanto a Rússia parece longe de zelar pelos interesses de investidores estrangeiros.

"Já em relação à Petrobras, há um sentimento de quem está acompanhando de que as autoridades estão atrás dos culpados", diz. Para Karen, o interesse externo por infraestrutura casa com o movimento demográfico de envelhecimento global, em que aumenta a procura por investimentos de longo prazo que cubram obrigações de aposentadoria.

Ela identifica ainda um movimento de transferência de capital das mãos do sistema financeiro tradicional para investidores privados, como grandes fundos de pensão e fundos de private equity, o que muda também a dinâmica com relação à classificação de risco de um país.

Segundo ela, um eventual rebaixamento da nota de crédito brasileira não seria desejável, mas, diante de tanto capital disponível, teria impacto reduzido em comparação a outros períodos.

"Fundos privados têm estruturas de risco diferentes", diz. "Talentos de gestão são escassos, boas ideias são escassas, oportunidades também. Não capital". Karen rejeita a ideia de uma retomada do crescimento brasileiro nos níveis vistos nos anos de forte expansão e não descarta um período de recessão.

"Tenho uma visão moderada sobre o Brasil com oportunidades e desafios. O mercado hoje está particularmente pessimista, mas é uma visão bastante diferente de uma companhia em busca de oportunidades de longo prazo".

Governo promete acelerar início do programa de renovação de frota, diz Anfir

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, disse a representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir), em reunião nesta quarta-feira, 25, que vai atuar para que o programa de renovação de frota de caminhões, que inclui a substituição de implementos rodoviários antigos por modelos mais novos e seguros, seja aprovado. A informação é da Anfir.

O setor aguarda a implementação do programa desde o ano passado, diante da desaceleração da economia e da baixa confiança da indústria. Segundo estimativa da Anfir, a medida pode representar, já no primeiro ano de sua aplicação, aproximadamente mais mil unidades emplacadas de reboques e semirreboques.

De acordo com a Anfir, o ministro também informou ao setor que vai estudar a ampliação da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos financiamentos de implementos rodoviários para até 80% do valor do bem.

A nova regra da linha de financiamento PSI/Finame, implementada no início do ano, estabelece a parcela financiável em 70% para pequenas e médias empresas e em 50% para grandes empresas. Até o final de 2014, esse percentual era de 100% do valor do bem.

A Anfir já havia informado, após encontro com o MDIC em agosto do ano passado, que o programa de renovação de frota envolve parcerias com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil e já tem tabela de preços estipulada.

A indústria fabricante de implementos rodoviários registrou uma queda de 41% na produção e nas vendas no primeiro bimestre de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014, segundo dados divulgados pela Anfir no início de março. Foram 14.728 unidades produzidas nos primeiros dois meses do ano, ante 24.987 em janeiro e fevereiro de 2014.

Produtores mineiros financiam máquinas agrícolas

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Nesta terça-feira (24), 22 agricultores familiares do Triângulo Mineiro assinaram contratos de financiamento de máquinas e insumos agrícolas pelo Programa Mais Alimentos.

A formalização dos financiamentos ocorreu no estande do programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) durante a 4ª Feira do Agronegócio do Estado de Minas Gerais (Femec), em Uberlândia (MG).

"O Mais Alimentos trabalha em duas pontas. Por um lado, apoia os agricultores familiares, gerando trabalho e renda no campo. Por outro, estimula a produção de alimentos, contribuindo também para que consolidemos no Brasil a grande conquista que tivemos que foi o fato de estarmos vencendo a luta contra a fome", explicou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

A relação dos equipamentos e insumos financiados pelo Programa incluiu matrizes bovinas para produção leiteira, veículos utilitários de carga, tratores e caminhões. A produtora Maria dos Reis Souza Custodio, 69 anos, foi uma das beneficiadas.

Moradora do assentamento Paulo Faria, localizado no município mineiro de Prata, dona Maria levou a família para testemunhar a assinatura do contrato que a permitiu adquirir seu primeiro trator. O equipamento será usado na área onde ela vive com o esposo, há mais de 10 anos.

"Vamos usar a máquina para preparar a terra e aumentar nossa produção de hortaliças e frutas. Já estamos com serviço esperando a chegada do trator", explicou a assentada, que também se dedica à produção de gado leiteiro.

Mais Alimentos

O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia investimentos em infraestrutura produtiva para a agricultura familiar, como a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

O programa fornece crédito a juros de 1% a 2% ao ano, com até três anos de carência e prazos de até dez anos para pagar. A iniciativa financia projetos individuais de até R\$ 300 mil e coletivos de R\$ 750 mil.

Femec

Antes da assinatura dos contratos, o ministro participou da abertura da Femec. Em sua fala, Patrus destacou a importância da agricultura familiar na economia do Triângulo Mineiro.

"A Femec promove o encontro de diferentes níveis da produção brasileira. São com essas iniciativas que todos ganham, sobretudo, a sociedade brasileira, com a produção de alimentos saudáveis", ponderou o ministro.

Os visitantes da feira que desejarem obter mais informações sobre o Mais Alimentos poderão visitar o estande do programa, até o dia 27 de março, último dia de realização da Femec, que é considerada o maior evento do setor da região. O evento é promovido pelo Sindicato Rural de Uberlândia, com apoio do Sebrae.

Mais Alimentos Internacional

Ainda na manhã desta terça-feira, Patrus recebeu uma comitiva da Guiné-Bissau, país da África Ocidental interessado em participar do Programa Mais Alimentos Internacional. Na comitiva estavam o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, João Aníbal Pereira e o deputado da Nação, Higinio Cardoso.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Moçambique, Sinfrônio Júnior, que também participou da reunião, justificou o interesse dos países africanos no programa do governo brasileiro.

"Acreditamos que o programa poderá ajudar na consolidação da nossa democracia, porque a iniciativa investe na agricultura familiar e com isso teremos alimentos contra a fome", concluiu Sinfrônio.

Receita do setor sobe pelo segundo mês consecutivo

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Pelo segundo mês consecutivo, a indústria de máquinas e equipamentos reportou aumento no faturamento, tanto na comparação anual quanto em relação ao mês imediatamente anterior. Em fevereiro, o faturamento bruto do setor somou R\$ 6,02 bilhões.

O valor é 7,3% acima do verificado no mesmo mês do ano passado e 6,5% superior a janeiro. De acordo com a associação, isso se deve a uma "base de comparação extremamente fraca" que foram os dois primeiros meses de 2014.

Questionada sobre se isso deve se manter nos próximos meses do ano, a diretoria afirmou que ainda é cedo para dizer se há uma tendência, mas trabalha com expectativa de queda para o ano, com um cenário de recuo do PIB e do investimento no país. As exportações caíram 24,5% em fevereiro, na comparação anual, somando US\$ 791 milhões.

Enquanto isso, as importações totalizaram US\$ 1,82 bilhão, queda de 17,3% na mesma base de comparação. Com isso, a indústria de bens de capital mecânicos teve déficit comercial de US\$ 1,03 bilhão em fevereiro, uma redução de 43,6% na comparação com janeiro e de 10,9% na comparação anual.

Segundo o diretor de competitividade da associação, Mário Bernardini, a desvalorização do real frente ao dólar ajuda a impulsionar movimentos de nacionalização em alguns setores, mas não deixou o produto brasileiro necessariamente mais competitivo para a exportação.

"Está tendo um impacto, mas ainda é modesto". Isso se explica, diz o diretor, porque a cesta de moedas de parceiros comerciais do Brasil também acompanhou o movimento de queda frente ao dólar.

Assim, os fabricantes nacionais ganham em preço comparado ao concorrente americano, mas não necessariamente em relação ao europeu. Segundo a Abimaq, para garantir a competitividade no mercado externo, o câmbio teria de ser de R\$ 3,50, considerando que as outras moedas concorrentes fiquem estabilizadas frente ao dólar.

Apesar do efeito "modesto", a valorização do real pode render ganho contábil, mesmo que as vendas no mercado externo se mantenham, que é o que a entidade espera para o ano.

O ganho cambial, no entanto, não deve ser suficiente para frear a queda da receita que, segundo Bernardini, deve ser puxado por retração tanto na demanda local quanto de importações, decorrentes do desaquecimento da economia.

ASTEC revê projeções mas mantém aposta no Brasil

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

O grupo americano Astec, especializado na fabricação de equipamentos pesados para setores como construção e mineração, inaugura hoje a primeira fábrica na América Latina. A unidade vai funcionar em Vespasiano, na região metropolitana de Belo Horizonte. Os planos da empresa, no entanto, estão sendo adaptados em função da piora do quadro econômico no Brasil.

Rick Patek, presidente do grupo Astec Aggregate & Mining, disse que a decisão de estender suas operações para o Brasil foi tomada em 2011. Naquele momento, ainda ecoava o crescimento 7,5% que a economia havia tido em 2010, numa reação acelerada à crise financeira mundial que também havia afetado o Brasil. Em 2015 as perspectivas são de retração talvez de 1%.

"Sim, estamos tendo de rever as expectativas", disse. "As condições de mercado mudaram." E não apenas no ritmo de crescimento do PIB, mas os juros voltaram a subir, a inflação vem ganhando força e o dólar ficou mais caro. Na avaliação do executivo, agora será preciso aguardar dois ou três anos para que a empresa alcance os resultados que esperava alcançar mais rapidamente no Brasil.

Patek disse que para evitar o peso do câmbio, a empresa terá, provavelmente, de usar mais componentes fabricados no Brasil do que planejava para este primeiro momento. "No início, pensamos que a fábrica no Brasil ficaria pronta em 2013", disse Patek, que estará na inauguração da unidade brasileira. Ele citou a lentidão da burocracia como uma das causas do atraso.

Patek avalia, no entanto, que o cenário de pessimismo neste ano é momentâneo. "Estamos conscientes da importância da economia brasileira na América Latina e no mundo e no longo prazo se verá que a opção de ir para o Brasil foi uma boa decisão."

Fruto de uma joint-venture com a brasileira Manufatura e Desenvolvimento de Equipamentos (MDE), a nova fábrica produzirá equipamentos para os setores de mineração, infraestrutura e energia, como britadores, peneiras vibratórias e unidades de asfalto. A fábrica no Brasil será a única do grupo que terá linhas de produção para atender aos três setores. A Astec enfrenta no Brasil concorrentes locais e estrangeiros.

O investimento na unidade foi de R\$ 60 milhões. E a expectativa é que já neste primeiro ano, o faturamento no país alcance os R\$ 45 milhões e que cresça 15% em 2016.

Commodities em baixa fazem navios virar sucata

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

O número de navios que estão sendo demolidos cresceu acentuadamente neste ano diante da forte queda no comércio de commodities, o que está levando as companhias de navegação a vender suas embarcações para sucateamento, em vez de operá-las com prejuízo.

A demanda menor da China e de outros grandes importadores está derrubando os preços das matérias-primas e gerando, também, uma crescente capacidade ociosa de navios de carga.

Como resultado, os navios capesize - os maiores cargueiros do mundo que transportam commodities como minério de ferro e carvão - estão cada vez mais sendo enviados para desmanche em ferros-velhos no Sudeste Asiático.

As diárias de frete desses navios giram em torno de US\$ 5 mil desde meados de dezembro, comparado com um valor entre US\$ 7.500 e US\$ 20 mil que seria necessário para cobrir os custos, dependendo da idade da embarcação e das condições financeiras do contrato.

Em um relatório divulgado recentemente, a firma de pesquisa londrina Clarkson Research Services informou que cerca de 4,6 milhões de toneladas de peso morto foram vendidas como sucata este ano, um salto de 368% em relação ao mesmo período de 2014.

O volume acumulado até agora neste ano já ultrapassa o total do ano passado inteiro, quando 4,2 milhões de toneladas de peso morto de navios capesize foram recicladas.

As quedas nos valores dos fretes marítimos, que segundo corretores não devem se recuperar tão cedo, ocorre num momento em que os preços do minério de ferro estão despencando. Na semana passada, eles caíram para o nível mais baixo desde 2008 em meio ao receio de que a fraca demanda chinesa e a crescente produção das minas ampliem ainda mais o excesso de oferta mundial.

O minério de ferro é muito usado em projetos de construção e aplicações industriais. E a divulgação, neste mês, de que o crescimento econômico da China deve recuar de 7,4% em 2014 para 7% neste ano fez o índice Báltico Seco, que monitora as tarifas de frete, atingir seu nível mais baixo nos últimos 30 anos.

"Combine isso a um excesso de capacidade de no mínimo 25% [no segmento] de navios de carga seca a granel que levam minério de ferro para a China e a maioria dos donos [de navios] não tem escolha a não ser vender seus navios como sucata", diz um corretor que trabalha em Londres.

"No passado, levava tempo para alugar um navio capesize. Agora, há um disponível a cada minuto, e isso não é exagero."

Corretores dizem que pelo menos oito transportadoras de carga seca a granel já entraram com pedido de proteção de falência em 2015, um número que pode muito bem dobrar antes do final do ano.

A americana GMS, maior compradora de navios para desmantelamento do mundo, informou num relatório desta semana que mais de 30 navios capesize já foram vendidos para reciclagem este ano. A empresa acredita que 2015 será um ano frenético para o sucateamento no segmento de carga seca.

Um corretor de Cingapura diz que os donos desse tipo de navios que têm condições financeiras de mantê-los estão deixando-os parados em portos asiáticos.

"Há pelo menos oito [navios] fora de circulação, o que significa que eles estão ancorados, os motores desativados e a tripulação reduzida a pelo menos a metade para cortar custos", diz o corretor. "Não víamos algo assim desde a crise econômica mundial de 2009."

Ele acrescentou que grandes mineradoras, como a BHP Billiton Ltd, a Vale SA e a Rio Tinto PLC, ainda estão contratando capesizes para transportar commodities da Austrália para a China, "mas são números bem menores do que em novembro e a preços ridiculamente baixos".

No geral, a atividade de desmanche de navios cresceu 37% este ano, segundo a Clarkson. Estaleiros no subcontinente indiano estão abocanhando a maior parte dos negócios. Em Bangladesh, o sucateamento de navios cresceu 85% em termos de toneladas ante o mesmo período do ano passado, enquanto no Paquistão e na Índia o desmantelamento cresceu 19% e 7%, respectivamente.

"Mesmo que o sucateamento duplique ou triplique, será apenas uma gota no oceano", diz um corretor de Londres. "Somente este ano, serão entregues mais de 1 mil novos navios."

Terceirização: regulamentar para eliminar a insegurança

26/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Ao longo do mês de abril está prevista pela Câmara dos Deputados a votação do Projeto de Lei nº 4330/2004, que regulamenta a prática da terceirização nas empresas. A proposta é considerada prioritária para o setor industrial e está se mostra a oportunidade mais concreta de que o assunto será finalmente apreciado no Congresso, colocando fim a uma espera que se prolonga há anos.

Não é segredo, que a falta de regulamentação da terceirização é fonte de insegurança às empresas e aos empregados prestadores de serviços, que põe sob risco constante milhões de empregos formais em toda a economia.

A regulamentação da terceirização é um dos pilares para que a economia brasileira seja mais competitiva no mercado mundial e uma medida capaz de estimular a atividade produtiva e o emprego no longo prazo.

Mais de metade da indústria brasileira seria prejudicada com uma eventual proibição à terceirização, com perda de competitividade ou até fechamento de uma ou mais linhas de produção. Regulamentar significa estimular a atividade produtiva, preservando empregos e renda.

Regulamentar a terceirização, aprovando o PL 4330, ajudará a reduzir conflitos nas relações do trabalho, reduzindo ações na Justiça do Trabalho, e para a melhora o ambiente de negócios brasileiro.

A terceirização permite às micro e pequenas empresas, especializadas em produtos ou serviços, a melhor se inserirem na rede de fornecedores de empresas maiores, ampliando sua chance de crescimento e de geração de novos empregos.

Com a globalização e a competição internacional, a terceirização tornou-se uma estratégia de negócios indispensável, pois permite combinar diferentes técnicas e várias

modalidades de produção. Com as redes de produção se chega a um produto ou serviço final mais rapidamente, com maior qualidade e preço mais acessível ao consumidor.

Portanto, a terceirização é elo estratégico para a atividade produtiva brasileira. A terceirização é um fato consumado no Brasil e no mundo que surgiu na fase de adaptação da organização do processo produtivo das empresas às novas exigências do mercado global. Com a terceirização, os bens e serviços ganham mais qualidade, tecnologia, eficiência e melhor atendem às necessidades dos consumidores.

É fundamental que a terceirização seja feita com responsabilidade, com segurança jurídica e com proteção para os trabalhadores e empresas. E a indústria brasileira já avançou nessa direção.

Para tanto, é necessário, com urgência, uma legislação que a regule de forma adequada e permita que a empresa escolha o que terceirizar, de acordo com a sua estratégia de negócio, e assegure os direitos dos trabalhadores, equilibrando os anseios de todos os envolvidos na terceirização.

É necessário aprovar o PL 4330/2004, que pode ser um primeiro passo para regulação do tema. Esse projeto deve ser aprovado para se transformar em uma lei que represente, para o Brasil, um passo largo em direção à modernidade. (Altair da Graça Cruz).